

Coleção Zero à Esquerda

Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados
David Snow e Leon Anderson
- Desorganizando o consenso
Fernando Haddad (org.)
- Dicionário de bolso do almanaque filosófico zero à esquerda
Paulo Eduardo Arantes
- Os direitos do antivalor
Francisco de Oliveira
- Em defesa do socialismo
Fernando Haddad
- Estados e moedas no desenvolvimento das nações
José Luís Fiori (org.)
- Geopolítica do caos
Ignacio Ramonet
- Globalização em questão
Paul Hirst e Grahame Thompson
- Guy Debord
Anselm Jappe
- A ilusão do desenvolvimento
Giovanni Arrighi
- Herbert Marcuse - A grande recusa hoje
Isabel Loureiro (org.)
- As metamorfoses da questão social
Robert Castel
- O método Brecht
Fredric Jameson
- Os moedeiros falsos
José Luís Fiori
- Os novos cães de guarda
Serge Halimi
- Poder e dinheiro - Uma economia política da globalização
Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.)
- Os sentidos da democracia - Políticas do dissenso e a hegemonia global
Equipe de Pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania - Nedic
- Sinta o drama
Iná Camargo Costa
- Os últimos combates
Robert Kurz
- Uma utopia militante - Repensando o socialismo
Paul Singer
- A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos
Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato
- Nem tudo que é sólido desmancha no ar - Ensaios de peso
Jorge Miguel Marinho
- Brasil no espaço
José Luís Fiori
- Biopirataria
Vandana Shiva
- A cultura do dinheiro
Fredric Jameson
- Polarização mundial e crescimento
José Luís Fiori (org.)

Conselho Editorial da Coleção Zero à Esquerda

Otília Beatriz Fiori Arantes
Roberto Schwarz
Modesto Carone
Fernando Haddad
Maria Elisa Cevasco
Ismail Xavier
José Luís Fiori

Otília Arantes
Carlos Vainer
Ermínia Maricato

A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO

Desmanchando consensos

3ª Edição

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
2002

© 2000, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Capa e projeto gráfico: Mariana Fix e Pedro Arantes
Edição e org. literária: Enio P. Giachini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A cidade do pensamento único : desmanchando consensos /
Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.
ISBN 85.326.2384-0

1. Planejamento estratégico 2. Planejamento urbano 3. Política urbana 4. Urbanismo I. Arantes, Otília F. II. Vainer, Carlos B. III. Maricato, Ermínia.

00.2500

CDD-307.1216

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades : Planejamento : Sociologia 307.1216
2. Planejamento urbano : Sociologia 307.1216

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100. Petrópolis, RJ - Brasil - CEP 25689-900
Caixa Postal 90023 - Tel.: (0xx24) 2233-9000 - Fax: (0xx24) 2231-4676.

SUMÁRIO

- 7 apresentação
- 11 *Otília Beatriz Fiori Arantes*
Uma estratégia fatal
A cultura nas novas gestões urbanas
- 75 *Carlos B. Vainer*
Pátria, empresa e mercadoria
Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano
- 105 Os liberais também fazem planejamento urbano?
Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”
- 121 *Ermínia Maricato*
As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias
Planejamento urbano no Brasil

APRESENTAÇÃO

O ponto ótimo de uma coleção que não seja mera lista temática de livros, mas ambicione também mobilizar inteligências e vontades, é alcançado quando passa a receber contribuições espontâneas, além de ver suas encomendas serem aceitas. E todas afinadas igualmente no mesmo intuito de atrapalhar unanimidades regressivas, notadamente os alinhamentos induzidos pela atual hegemonia do capitalismo global. É o caso deste volume que a *Coleção Zero à Esquerda* está publicando, no qual também se trata de desmanchar um outro consenso, aliás habilmente fabricado pelas coalizões de poder e dinheiro na origem das novas gestões da espoliação urbana de sempre. Seus autores, cada um à sua maneira e por caminhos próprios, simplesmente chegaram à conclusão de que estavam há tempos cercando o mesmo objeto, travestido sob as mais diversas roupagens e denominações despistadoras – e que, portanto, estava maduro um livro em comum.

No primeiro estudo, de autoria de Otilia Arantes, o leitor encontrará um quadro histórico do urbanismo depois dos modernos, especialmente dos anos 1970 ao final do século, período coberto pelo menos por duas gerações urbanísticas, cuja evolução a autora acompanhará do ângulo mais específico do papel desempenhado pela cultura na produção das cidades ao longo dos últimos trinta anos. E não por razões profissionais, conforme esclarece, tampouco na intenção de centrar o foco numa única dimensão de todo o processo, mas porque este aspecto particular tornou-se a rigor central. Assim sendo, procura ressaltar desde o início a novidade histórica de um fenômeno que os modernos praticamente desconhecera. Por isso lida de saída com um dos grandes paradoxos ideológicos do nosso tempo: como entender a crescente centralidade da cultura num processo comanda-

do cada vez mais pelo capital em pessoa? Periodizando este arranjo inédito, Otília Arantes destaca a convergência objetiva de dois modelos de produção de uma nova configuração urbana, a cidade-empresa-cultural: um americano e outro europeu, aliás originalmente parisiense. Mesma convergência involuntária entre as duas gerações urbanísticas que até então se imaginavam contrapostas, a dos contextualistas e a dos empreendedores, e uma assimilação a tal ponto integral que já não é mais possível distinguir dissidentes e integrados. Outra novidade de época assinalada pela autora, porém, para melhor demonstrar que o atual “pensamento único” das cidades não é uma fatalidade da hegemonia global.

Tais fatalidades se fabricam, como mostrará Carlos Vainer nos dois ensaios seguintes. Para o autor, esta via de mão única que, entre outras designações, também atende pelo nome de Planejamento Estratégico Urbano, vem sendo difundida (para dizer o menos) no Brasil e na América Latina pela ação combinada das agências de cooperação e instituições multilaterais (Banco Mundial, BID, Agência Habitat das Nações Unidas, PNUD etc.) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo *marketing* agressivo, como se diz, aciona incansavelmente o realejo do “sucesso” de Barcelona. Trata-se da transposição para o espaço urbano – público até segunda ordem – dos conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, elaborados originalmente na Harvard Business School. Do que resulta um projeto de cidade paradoxalmente articulado por três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas; a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; a cidade enfim é uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem se identificar seus usuários, cuja fidelidade ao produto, vendido como civismo, requer algo como o exercício bonapartista do poder municipal. Nunca se falou tanto em *polis*, mas o autor sugere que se chame as coisas pelo nome: *City*, no caso. Isso no primeiro estudo.

No segundo, Carlos Vainer recapitula a implantação pioneira do Planejamento Urbano Estratégico na cidade do Rio de Janeiro, um exemplo edificante da produção bem planejada de consensos... Na ocasião, o prefeito de turno estava muito interessado em mostrar ao seu eleitorado que era possível “ser transformador pela direita”, ou seja, uma realização conservadora de aspirações progressistas. Fechando o círculo, administrações de esquerda estão hoje vendendo ci-

dades e empresariando a gestão urbana. Como diriam os expertos da Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. (TUBSA), não é o pensamento que é único, a realidade é que é uma só, daí o consenso.

Consenso que por sua vez Ermínia Maricato tratará de desmanchar no último capítulo do livro. Sob a bem gerenciada e festiva unanimidade de libertários de ontem e liberais de hoje, encontra-se um consenso mais profundo e assustador. Como Ermínia volta a mostrar – pois se trata de um ponto cego recorrente e funcional –, o futuro quase nenhum de nossas cidades continua atrelado à cláusula pétrea do pacto histórico entre as classes dominantes brasileiras, esse o consenso de todos os consensos, o caráter intocável da propriedade do solo desde a famigerada Lei de Terras de 1850. O resto é desconversa, ora à direita, ora à esquerda, hoje reunidas pelo glamour gerencialista do urbanismo de resultados, mas cujo principal resultado continua sendo o crescimento exponencial da cidade ilegal e sua gigantesca expansão espacial de pobreza, desamparo e violência. Ao contrário da tradicional coalizão em que se sustenta o poder conservador no Brasil, hoje operada por uma liga grotesca de intelectuais e professores-banqueiros, a autora não acredita que este destino seja fatal – salvo para as referidas elites, esperamos –, por isso ao final de seu estudo não se acaanha em propor alternativas dissidentes. No que também atende ao mote brechtiano da *Coleção Zero à Esquerda*: partir sim das coisas novas e ruins – a cidade do pensamento único, por exemplo –, para que nada seja dito imutável.

Uma estratégia fatal

A cultura nas novas gestões urbanas*

Não é de hoje que o estudo da arquitetura e da cidade depois dos Modernos se defronta com desencontros que os clássicos caracterizariam como processos de *ironia objetiva*, desses que convertem as melhores intenções no seu avesso, realizando, não por desvio mas por finalidade interna, o contrário do que prometiam. Ironia redobrada, no caso da arquitetura, sobretudo depois que os modernos romperam com o sistema das belas-artes, tornando projeto e existência indiscerníveis. Esgotamento do Movimento Moderno, que voltou a ser comprovado na falsa ruptura dos pós-modernos, cuja oposição de fachada mal escondia o seu vínculo com o formalismo do ciclo anterior. Portanto, continuidade onde se esperava reviravolta – autora incluída: por um momento pensei reconhecer no contextualis-

* Este texto foi escrito a partir da comunicação apresentada na seqüência intitulada “Cultura da cidade”, no Simpósio Internacional sobre *Espaços urbanos e exclusão socioespacial. Práticas de inclusão*, promovido pela FAUUSP, de 4 a 6 de novembro de 1998 (um resumo sucinto dos principais pontos do argumento estão no artigo *Vendo Cidades*, em *Veredas* n. 36, Rio de Janeiro, dez. 1998, p. 21-23), à qual acrescentei outros desdobramentos do tema, apresentados em conferências e debates realizados nestes últimos dois anos. Agradeço a Paulo Eduardo Arantes as sugestões e, por vezes, a colaboração efetiva, especialmente na reconstrução do quadro histórico atual, com suas periodizações e vários turnos do *cultural turn*.

mo europeu o embrião de um desenvolvimento alternativo, logo desmentido, não só pelo exame mais detido do discurso do “lugar”, mas igualmente pelo estudo de um caso exemplar: a contaminação entre os dois lados da arquitetura francesa, então reanimada pela invenção de um centro cultural como o Beaubourg, mais exatamente, o espetáculo urbano posterior, oferecido pelo reforço mútuo dos canteiros midiáticos do Grandes Projets da era Mitterrand e a alegada resistência das intervenções “modestas”, alinhadas com a integridade morfológica do entorno. Convívio promíscuo que põe lado a lado a cultura do dissenso e os donos do dinheiro e do poder – algo que seguramente tem a ver com o rebaixamento de horizonte após a Queda: e não me refiro apenas à derrocada soviética, mas também às demais construções “progressistas”, como o *Welfare State central* e as industrializações periféricas. Como estarei confrontando a seguir o mais recente episódio dessas reviravoltas niveladoras, seria o caso de perguntar se afinal não seria este amálgama ideológico uma *fatalidade* da hegemonia global que parece anunciar um novo Império. Espero que este capítulo contribua para desfazer tal impressão de caminho único.

1. Uma nova geração urbanística?

Nessas circunstâncias, gostaria de reexaminar a situação de fim de linha em que se encontra o pensamento da cidade desde o colapso da modernização urbana¹, com o intuito de avançar um pouco mais no diagnóstico – certo ou errado, um diagnóstico do nosso tempo, dado o papel decisivo que os desmanches nacionais parecem estar conferindo às novas localizações urbanas. Uma nova geração? Tenho dúvidas. O que está sendo chamado de “terceira geração” urbanística, a meu ver, não representa – mais uma vez... – nenhuma ruptura maior de continuidade com a anterior. Se há novidade, ela se resume ao “gerenciamento”, como se diz

no novo jargão, agora assumidamente empresarial, de um lado e do outro do oceano – o que a levou, não por acaso, a ressuscitar o vocabulário descartado do “planejamento”, posto em descrédito pela voga contextualista anterior.

Assim, para começar: em comum com a geração que a antecedeu, e que tomou o caminho de volta à cidade, a mesma e paradoxal “animação urbana”, ao que parece, cada vez mais intensa, na medida mesma em que as escolhas alternativas se estreitam (inclusive no Brasil, a se julgar pela última Bienal de Arquitetura). Animação que se expressa na convergência entre governantes, burocratas e urbanistas em torno de uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada. Dito isto, devo esclarecer que enfrentarei o problema (como aliás venho fazendo) de um ângulo bem específico, e não por razões estritamente profissionais, mas porque este aspecto particular tornou-se central. E é precisamente o porquê desta centralidade que pretendo analisar, ou seja: por que o novo planejamento urbano, dito estratégico (mesmo quando fica o dito pelo não dito), que se pretende novo ao menos em relação às intervenções pontuais do período anterior, e contrastante, por desenterrar e pelo menos reabilitar (noutra chave é claro) uma expressão derivada da falida “ideologia do plano”, não só relançou como manteve o foco na alegada *dimensão cultural* do impulso dito (também) historicista do paradigma prevaletente durante a fase de reação ao naufrágio histórico do Movimento Moderno?

Obviamente a pergunta perderia sua razão de ser se não houvesse uma incompatibilidade de princípio entre o caráter sistêmico-funcional da idéia de estratégia e a fragmentação, a ser respeitada ou induzida, inerente à valorização da diferença

¹ Ver meu último livro, *Urbanismo em fim de linha*, EDUSP, 1999.

com a qual, por definição, a dimensão cultural se confunde enquanto esfera refratária à homogeneidade imposta ou requerida pela velha ideologia da ordem. Noutras palavras, e invertendo a seqüência estratégia/cultura: políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? Algo como calcular o espontâneo ou derivar a integridade ou autenticidade de uma escolha racional – para falar como os economistas do individualismo metodológico –, que implica ponderações do tipo custo/benefício, qualidade/preço etc. Com isso já estamos avançando no enunciado da questão, ou seja, a confluência que está nos embarçando desde o início. Como a própria terminologia corrente já indica, estamos diante de políticas de *image-making*, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não, em políticas *business-oriented*, para não falar ainda em *market-friendly*, mesmo quando fala de boa fé em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção.

Não diria que continuamos na mesma, mas se trata, creio eu, de uma etapa a mais na abordagem culturalista da cidade, ao mesmo tempo em que corresponde a uma nova inflexão no assim chamado, a torto e a direito, *cultural turn* (para designar as mudanças ocorridas a partir dos anos 1960, em grande parte resultantes dos movimentos libertários daquela década). Por assim dizer, *segundo turno*, portanto, no qual essa tão falada mudança de paradigma (em todos os níveis, da regulação econômica à filosofia) coincidiria enfim com a sua verdade, no fundo, a verdade do nosso tempo, uma idade enfim inteiramente dominada pela compulsão da *generalized bargaining* (própria da integração social pelo valor de troca) em que tudo se negocia (não há texto pós-moderno em que não se esteja “negociando” alguma coisa), de imagens a outros itens menos simbólicos, numa espécie de arrivismo interacionista quase metafísico. O que, aliás, não deveria surpreender, pois o seu cenário de origem vem a ser o do movimento de volta à cidade, no mais das vezes dando origem aos conhecidos processos de *gentrification* (ou “revitalização urbana”, conforme preferem falar seus pro-

motores), em grande parte desencadeados pelo reencontro glomouroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital².

É desnecessário dizer que a recapitulação do roteiro cumprido pelos dissidentes da racionalização moderna, com suas periodizações e guinadas, não tem outra finalidade senão a de entender a quase naturalidade da *assimilação* que estamos testemunhando³. Para tanto, é necessário não perder de vista a presença contínua da isca cultural. Uma auto-referência talvez ajude a esclarecer o meu ponto – na verdade, trata-se de um registro aparentemente óbvio, feito por mim há alguns anos atrás, mais ou menos nos seguintes termos: quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar “fazendo cidade”...), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em *requalificação*, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio *passé-partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados⁴. Menos óbvio lembrar que aquela caudalosa fraseologia estetizante, a pretexto de respeitar os valores locais e sua morfologia, tenha servido de maquiagem para a entropia galopante das metrópoles. Àquela época, 1995, eu estava mais preocupada em chamar a atenção para esse fato, espanando a poeira otimista dos contextualismos ou regionalismos críticos⁵, sem dar muita atenção (apesar de ter tido oportunidade de ver de perto a experiência de Barcelona) às pretensas correções de rota que, por sinal, já estava incorporando tais valores em pacotes “estratégi-

² Como sugeri em outras ocasiões e voltarei a insistir. Cf. em especial “Cultura da cidade, animação sem frase”, em *Revista do Patrimônio* n. 24, 1996, p. 229-240. Republicado, numa versão ampliada, em *Urbanismo em fim de linha*, *op. cit.*

³ Para a *sofística da assimilação*, ver um esboço do argumento em artigo de mesmo título de Paulo Eduardo Arantes, *Praga* n. 8, 1999, p. 75-100.

⁴ Cf. “Cultura da cidade...”, *op. cit.*, p. 146-147.

⁵ Aliás, já um ano antes, num congresso do do.co.mo.mo, na Bahia, dando conta de mais esta reviravolta, recorri à expressão “regionalismo pós-crítico”.

cos”, vendidos mundo afora como uma nova fórmula de sucesso e emparelhamento futuro com as metrópoles centrais que estavam dando certo... Aliás, por isso mesmo, é sem descontinuidade que posso passar, agora, à *reconstituição do encadeamento objetivo que acabou engolindo, numa estratégia fatal, a nova (?) esquerda urbanística*.

Vou portanto me concentrar de preferência nas estratégias culturais da cidade-emprego de última geração: quer dizer, no mapeamento e periodização do quadro geral em que se dá o presente retorno ao planejamento, pouco importa se chamado ou não de estratégico. Já disse, e repito, que não veio para corrigir, como alega, o antiurbanismo (para uns anárquico, para outros preservacionista, ou, ainda, reformista) da geração anterior. Pelo contrário, como estou procurando demonstrar, veio agravar ainda mais o inchaço cultural imperante desde que governantes e investidores passaram a desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens. O “tudo é cultura” da era que parece ter se inaugurado nos idos de 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de *culturalismo de mercado*. De tal forma que a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado –, ao tornar-se *imagem*, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de *marketing* numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocado em miúdos, esse o verdadeiro “poder da identidade”⁶. Daí a âncora identitária da nova urbanística. E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreen-

dimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande querresse da chamada animação cultural. Inútil frisar nesta altura do debate – quase um lugar comum – que o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making*.

Indubitavelmente, um fenômeno espantoso, principalmente se pensarmos nos bons tempos do contextualismo que se imaginava sinceramente dissidente, ou até mesmo no racionalismo explícito dos modernos: quando um moderno propunha uma cidade segundo o modelo de linha de montagem fordista, tinha em mente antes de tudo a presumida racionalidade construtiva de tal processo e ficaria sinceramente chocado, como de fato ficaram (por acreditarem que se tratava de um desvio de rota), se lhes fosse exposta a dura verdade de sua funcionalidade sistêmica por assim dizer de nascença. Duas gerações urbanísticas depois, o que poderia ter sido motivo de escândalo – a revelação da mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade – tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada: aqui a novidade realmente espantosa, e tanto mais que eficiente, não só por deixar a crítica espontânea da cidade-empresa com a sensação de estar arrombando uma porta aberta, mas sobretudo por contar com a “compreensão” das populações deprimidas por duas décadas de estagnação econômica e catástrofe urbana: fica assim bem mais simples persuadi-las a se tornarem “competitivas”, na pessoa de suas camadas “dinâmicas”, bem entendido. Esse o núcleo originário da “sensação coletiva de crise”, sublimada pela nova ênfase na auto-imagem dos habitantes, tal como lhes é devolvida pela superfície refletora dos Grandes Projetos, neste final de século.

*

Antes de prosseguir, um lembrete quanto à procedência da periodização geracional de que estou me valendo. Até onde posso saber, a designação *terceira geração* foi posta em circula-

⁶ Não por acaso, título de um dos volumes da recente trilogia de Castells, *The Information Age*, Oxford/Malden, Blackwell Publishers, 1997-98, 3 vols. (trad. em port. pela Paz e Terra).

ção pelo urbanista italiano Campos Venuti, num livro de 1987⁷. Só para situá-lo, responsável pelos novos planos de Bolonha e Florença. Para variar, estamos diante de um outro caso de ironia objetiva em nosso caminho rumo à cidade-mercadoria total, mais um desvio para se chegar a um ponto que se queria evitar, sobretudo porque pelo menos na Europa Continental o modelo “estratégico” não estava plenamente configurado. Por *terceira geração* Venuti compreendia as iniciativas que na Itália se contrapunham ao urbanismo dos anos 1970, que, ainda em nome do Estado Social, estava resvalando, em seu ímpeto expansionista e meramente quantitativo, na simples especulação imobiliária de sempre. O novo planejamento – hierarquizador e intensivo –, sendo de oposição, se apresentava como transformador ou “reformista”. Voltava-se assim, segundo o autor – ao menos na Itália (ele traça um paralelo com o plano madrilenho dos anos 1980, mas sem deixar de registrar as diferenças) –, a uma visão global da cidade à procura de uma melhor resposta à nova fase de capitalismo flexível e predominância do terciário. Quanto à especificidade propositiva nesse capítulo das intenções, o mesmo ar de família – que aliás ele não nega, tendo muita dificuldade em estabelecer com precisão onde começa ou acaba uma e outra geração⁸. O programa proposto talvez pudesse ser resumido assim: atenção voltada para as áreas intersticiais, vazias ou degradadas, no sentido de promover o adensamento urbano, porém requalificando-as, seja do ponto de vista do uso, seja dos atributos ambientais; definição de prioridades, áreas nevrálgicas ou propícias a intervenções acupunturais, corrigindo o ponto de vista centralista do período anterior (jus-

⁷ Cf. *La terza generazione dell'urbanistica*, Milão, Franco Angeli, 1987/1994.

⁸ O que me faz lembrar uma conversa com Juan Bousquets, em 1991, na qual me disse que entre as intervenções pontuais da era Bohigas na Prefeitura de Barcelona e a gestão dele, já então comprometida com o Planejamento Estratégico, não havia oposição, apenas generalização de uma experiência que, segundo acreditava, dera certo. Venuti, de qualquer modo, estava mais convencido de que as mudanças, mesmo se ainda não suficientemente visíveis, representavam uma alteração fundamental de ponto de vista sobre a cidade.

tamente a contrapartida do expansionismo periférico, desprovido de serviços e sem qualidade), e assim por diante. Venuti acreditava, sinceramente, que tais providências contrariavam os interesses rentistas, desfazendo os desequilíbrios territoriais e sociais... Voto piedoso – com o devido desconto da perspectiva colada aos fatos. Entre outros propósitos: corrigir os descaminhos da geração pós-moderna (por exemplo, Aldo Rossi ou Portoghesi), resultado da revanche da arquitetura contra o desenho urbano dos modernos; refrear a valorização aleatória do solo, agora que disporia de um instrumento “racional” para o controle do crescimento da cidade. Mas por iniciativa de quem e como? Na quarta edição do livro, de 1990, Venuti é obrigado a constatar que a urbanística reformista fora suplantada pela sua linha auxiliar e presumidamente compatível, a urbanística *contrattata*; numa palavra, que “o regime imobiliário procura – e esta é a grande novidade – concentrar-se nas transformações mais vistosas, as que disporão de maiores investimentos públicos e privados e que serão maximamente valorizados, em poucas áreas que estão sob o controle direto das grandes corporações financeiras, sem qualquer tipo de limitação”⁹. Diante disso, propõe para os anos 1990, numa última aposta (à maneira da velha guarda), uma reviravolta: uma “síntese cultural e política entre urbanística e ecologia reformista” – missão atribuída justamente à terceira geração. Ora, talvez tivesse faltado a Venuti aquela visão clara dos circuitos de valorização e seus respectivos suportes espaciais que, não por acaso, possuem os investidores – no caso, as firmas que acreditava agirem sem peias no período da geração anterior, pois desobrigadas com qualquer tipo de planificação, e que logo encontrarão sua nova fórmula. Um dado que não pode ser esquecido, como parece ter acontecido com o urbanista italiano – ao menos quando formula as metas, procedimentos e atores desse novo planejamento: os efeitos da chamada globalização sobre as políticas de ocupação do território urbano. Algo que os urbanistas estratégicos,

⁹ *Ibid.* p. I a VIII.

ao contrário, não só não ignoram, mas hão de transformar num dado essencial nos cálculos sobre como tornar uma cidade competitiva. Embora por vezes diretamente inspirado no livro citado, um tal planejamento busca, acima de tudo, inserir a cidade-alvo em um nó da rede internacional de cidades, portanto torná-la atraente para o capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário – por que não? (quanto menos restrições, e quem sabe mesmo mais incentivos, maiores as chances – Venuti escandalizava-se com o óbvio!).

Fechando o parêntesis, vale a ressalva quanto à distância que separa o modelo na berlinda, despistado por referências e citações fora de contexto, do programa exposto pelo urbanista italiano. Creio que o modelo em questão está muito mais próximo da gestão urbana empresarial de matriz americana que acabou se generalizando – depois de atravessar o Atlântico, bem entendido. Seguramente, mais um dos efeitos da hegemonia dos Estados Unidos no mundo dito globalizado.

2. As máquinas americanas de crescimento

A naturalidade com que alguns teóricos ou urbanistas encararam o arrastão empresarial provocado pelo triunfo incontestável do mercado faz com que o fenômeno transpareça, sem disfarces, nos próprios textos desses autores. É o caso de Peter Hall, cuja percepção desabusada nos interessa em mais de um ponto. Fazendo economia do *intermezzo* contextualista-culturalizante, Peter Hall dá a entender que a cidade-empresariamento teria nascido das cinzas do consenso keynesiano, por uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos: “houve um momento na década de 1970, em que [o planejamento urbano] começou a plantar bananeira e a virar do avesso (...). O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis.

Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, *eram máquinas de produzir riquezas*; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. *O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor*; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo” (grifos meus)¹⁰. Sendo o autor insuspeito de maiores simpatias à esquerda, não se poderia dizer melhor.

Não cabe aqui recapitular em detalhe os fatos que marcaram, nos anos 1970, a grande reversão dos 30 anos de expansão do pós-guerra, sem os quais, a falência da economia urbana e o colapso subsequente das cidades continuariam incompreensíveis. Qualquer que seja no entanto o esquema explicativo do longo descenso da economia mundial, o fato é que, com o fim da Era do Crescimento, o planejamento urbano, destinado por definição a discipliná-lo, simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora, politicamente vitoriosa a partir de 1979/80. Como recorda Peter Hall, os *think tanks* neoconservadores anglo-americanos passaram a década crítica de 1970 responsabilizando esse braço urbano das políticas keynesianas do Estado Social pelo desvirtuamento e inibição das localizações empresariais ótimas e, assim, pela decorrente degradação das áreas urbanas centrais. Mas foi ao final da última administração trabalhista britânica que se deu a reconversão de opinião e de escolhas públicas que está nos interessando reconstituir: ao diagnóstico politicamente avançado (para não falar de “esquerda”), de que a nova pobreza oficialmente descoberta pelo *establishment* não era uma questão de indivíduos ou famílias estarem abaixo da linha de miséria, mas “estrutural” (segundo relatórios “impregnados de uma juvenil verve marxista”), a ruína sistêmica de todo um projeto de época, seguiu-se no entanto uma ênfase de sinal oposto numa política urbana totalmente consagrada ao ressurgimento econômi-

¹⁰ *Cidades do Amanhã*, São Paulo, Perspectiva, 1995, p. 407. A edição inglesa original é de 1988.

co “a qualquer custo” (*sic*). Na seqüência, a troca de papéis: assim como a orientação e o controle da expansão urbana foram “repentinamente substituídos pela obsessão de encorajar o crescimento”, um novo tipo de profissional emergiu da metamorfose do funcionário público local – “por esse tempo, na Inglaterra, quase todas as autoridades dispunham de escritórios de desenvolvimento sob vários nomes” –, o *planejador-empendedor*. Faltava no entanto a fórmula salvadora que desse corpo a tamanha obsessão com o crescimento, justificado obviamente pela crença economicista no efeito *trickle down* da expansão da atividade.

Para variar, a receita veio dos Estados Unidos. E, com ela, outra palavra-isca, a famigerada “revitalização urbana”, bem como seus derivados não menos famigerados: a “parceria” entre setor público e iniciativa privada, encarregada por sua vez de “alavancar” (outro neologismo ianque – *to levarage*) investimentos privados com fundos públicos (sempre segundo a descrição de Peter Hall). Lembra o autor que o agente-chave, o catalisador de tal reviravolta, foi o empresário de Baltimore, James Rouse. A “rousificação” da América pode ser avaliada pela multiplicação das réplicas de “requalificações” (ainda uma palavra mágica da época) do Inner Harbor de Baltimore e dos esquemas equivalentes do Boston Waterfront e do Quincy Market, também em Boston, por exemplo no Fisherman’s Wharf de São Francisco e por aí fora. Na avaliação – esta, evidentemente crítica – de David Harvey: fenômenos indissociáveis da condição pós-moderna. O roteiro que adota este último é no fundo o da periodização do “espetáculo urbano”: a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social¹¹.

Senão vejamos. Nos anos 1960, a cena das cidades americanas fora invadida por manifestações pelos direitos civis, demonstrações contra a guerra no Sudeste Asiático e motins de

toda espécie, sobretudo nos bairros negros, sendo que boa parte do descontentamento urbano, é bom não esquecer, girava em torno dos projetos “modernos” de habitação e renovação dos equipamentos funcionais típicos, agora ameaçados por distúrbios que estavam se tornando endêmicos. Foi quando, no início dos anos 1970, toda essa movimentação acabou sendo “capturada por forças bem diferentes e empregada para fins bem distintos”. Baltimore tornou-se então um instrutivo resumo desta evolução do espetáculo urbano. E aqui o ponto para o qual gostaria de chamar a atenção: a espetacularização bem conhecida de Harbor Place, para não falar nos eventos bem característicos da Baltimore City Fair, considerada pelos interessados um notável sucesso, acabou concentrando o juízo na dimensão mais desfrutável da nova receita – “a arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e *jouis-sance*” etc. Não sem razão, é claro, não só pela estetização bastarda mas pelo impacto nulo sobre a pobreza e demais déficits sociais. E, embora a atenção do observador se fixe mais na colaagem da Scarlett Place – que, sobre um fundo neutro de habitações públicas “modernas”, justapõe um armazém reciclado do século XIX a uma citação pós-moderna de um casario montanhoso mediterrâneo –, deixando escapar o teor da iniciativa, é preciso lembrar, como aliás o faz Harvey, de forma breve porém precisa, qual o programa de toda a operação: neutralizar os efeitos do assassinato de Martin Luther King em 1968, que ameaçavam a viabilidade dos investimentos – o que levou os líderes locais a procurarem um símbolo em torno do qual construir uma idéia de “cidade como comunidade” em oposição ao de cidade sitiada, como o cidadão comum encarava o centro da cidade e seus espaços públicos. Assim surgiu a Baltimore City Fair como forma de promover o redesenvolvimento urbano, celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade; o passo seguinte resultou na “comercialização institucionalizada de um espetáculo mais ou menos permanente na construção de Harbor Place”, lembrando que os próprios grupos étnicos co-

¹¹ David Harvey, *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992, p. 88-92. Original inglês de 1989.

meçaram a lucrar com “a venda da etnicidade”, na falta de mercado para sua força de trabalho. Até aqui – para retomar nosso roteiro –, Harvey e o mapa geral da condição pós-moderna, igualmente realçada por Peter Hall, porém acrescida da observação de que tal criação deliberada de um palco cujo protótipo havia sido a “rousificação” de Boston e Baltimore, no limite, a compreensão da intervenção urbana como um processo de produção de locais de sucesso, era o registro e caução espetacular de que “uma nova e radical elite financeira tomava efetivamente posse da cidade, liderando uma coalizão pró-crescimento que habilmente manipulou o apoio público e combinou fundos federais e privados para promover uma urbanização comercial em grande escala”¹².

Sem muito exagero, pode-se dizer que nos Estados Unidos fora lavrada há mais de vinte anos a certidão de nascimento da terceira geração urbanística – terceira, bem entendido, na periódização européia. E se Peter Hall também está certo quanto à data anglo-americana da inversão de papéis e a conseqüente conversão do planejamento urbano (dito de última geração

¹² Peter Hall, *op. cit.*, p. 413. Primeira amostra da receita mágica para uma “parceria criativa”, eufemismo hoje enjoativo para a apropriação privada de fundos públicos: tais esquemas “envolviam um desempenho público relativamente muito maior e um maior comprometimento federal: 180 milhões de dólares no caso de Baltimore, contra 58 milhões do município e apenas 22 milhões do setor privado. Assim, a subvenção federal, conjugada com uma nova visão de investimento em empreendimento lucrativo por parte do setor público, e a cooperação entre os empreendedores do setor público e privado foram elementos decisivos da nova fórmula” (*loc. cit.*). Tudo isso há mais de vinte anos, quando a nova “máquina de produzir riqueza” começou a ser azeitada pelos planejadores-empresendedores. Diante da novidade requentada que está sendo resservida atualmente, não deixa de ser pitoresco o relato do mesmo Peter Hall: “A essa altura, alguns planejadores e políticos britânicos começaram a olhar para o outro lado do Atlântico. Pois em fins dos anos 1970, segundo a sonora mensagem que vinha dessas bandas, as cidades norte-americanas haviam encontrado uma fórmula mágica. Numa típica reunião anglo-americana de alto nível, o inglês sisudo projetaria slides, mostrando a árida desolação da Liverpool intra-urbana; já os exuberantes norte-americanos viriam com fotos de um vibrante centro comercial de Boston, cheio de vida, cor e excitação” (p. 412).

duas décadas depois...) num ramo da urbanização empresarial – um ramo “cultural” é claro, como evidenciam os exemplos vistos até aqui, compassado com o novo espírito gerencial do capitalismo –, podemos igualmente acrescentar que tal geração só poderia ter entrado em cena programada para operar essas novas coalizões urbanas pró-crescimento.

Dito isso, restava ainda qualificar essa matriz. Não propriamente identificá-la: embora Peter Hall tome o cuidado de não se comprometer com qualquer referência, impossível deixar de reconhecer nos próprios termos de sua apresentação da cidade-empreendimento – a “cidade como máquina de produzir riqueza”, “coalizão pró-crescimento” etc. – a memória muito viva do *paper* polêmico de Harvey Molotch, “A cidade como máquina de crescimento”, publicado pela primeira vez em 1976 no *American Journal of Sociology*, tanto mais que um ano antes de seu livro sobre *As cidades do amanhã* aquela comunicação de Molotch havia sido retomada por extenso num livro em co-autoria com John Logan, *Urban Fortunes – The political economy of place*¹³. Embora os roteiros acima reforcem a percepção de que a Cultura passava a ser um dado essencial na coalizão de classes e interesses, responsável pela máquina urbana de crescimento – a porta de entrada para pelo menos duas gerações de arquitetos no caminho de volta à cidade –, não é exatamente este o foco das análises de Molotch, mas o conjunto de condições para pôr em movimento a máquina urbana de “aumentar rendas agregadas”. No entanto – quem diria, com tanta antecedência? – lá estão indicados como ingredientes indispensáveis aos bons negócios: o “orgulho cívico” dos habitantes do lugar e o “patriotismo de massas”¹⁴ (retomados, literalmente,

¹³ University California Press, 1987; ver também Jonas e Wilson (orgs.), *The Urban Growth Machine, Critical Perspectives Two Decades Later*, Nova York, State University of New York Press, 1999. Devo à Ermínia Maricato a lembrança desse renascimento do debate em torno da tese da Cidade como Máquina de Crescimento.

¹⁴ *Urban Fortunes... op. cit.*, p. 60.

como veremos, no receiptuário apresentado como “planejamento estratégico” no Habitat II¹⁵).

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja – como mostrou à exaustão Lefèbvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias. Daí a novíssima luz retrospectiva que a redescrição da cidade-empreendimento segundo Peter Hall lança sobre a atual revisão da cidade-máquina-de-crescimento formulada há quase vinte e cinco anos por Molotch. Tese elaborada a partir de uma constatação paradoxal: a cidade-negócio está ancorada numa pseudomercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado. A “tese” em questão nada mais é portanto do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel. À primeira vista, uma história tipicamente americana, pois em nenhuma região do mundo o solo foi considerado tão indiscutivelmente o alvo primordial da especulação capitalista. Que a cidade tenha outra finalidade que não a de atrair o comércio, incrementar o valor dos imóveis e, portanto, pura e simplesmente crescer, é uma coisa que jamais passou pela cabeça dos próceres da nação, observou certa vez Lewis Mumford, recapitulando a

urbanização americana de 1850 a 1930¹⁶. Forçando um pouco a nota (mas não muito), Molotch chega a dizer que até mesmo o zelo independentista dos *Founding Fathers* fora motivado em boa parte pela especulação com terras no oeste¹⁷.

Em duas palavras, a idéia de cidade como *growth machine* pode ser assim resumida: coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A *fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização – torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. Com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como “globalização”, o modelo máquina-de-crescimento generalizou-se sob pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, na verdade atendendo aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica dos negócios¹⁸, a ponto de

¹⁶ Apud Logan e Molotch, *op. cit.*, p. 57.

¹⁷ Cf. H. Molotch, “Growth Machine Links: Up, Down, and Across”, em Jonas e Wilson *op. cit.*, p. 249.

¹⁸ Cf. John Gray, *Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global*, Record, 1999.

¹⁵ Cf. Manuel Castells e Jordi Borja, *Local y Global*, Madri, Taurus, 1997, ou o capítulo V, traduzido e publicado na Revista *Novos Estudos* n. 45, São Paulo, Cebrap, 1996: “As cidades como atores políticos”, p. 152-166.

converter num dado natural a convicção de que as cidades devem ser geridas não “like business”, mas antes “for business” (ainda segundo Molotch). Portanto, não há injustiça em reprimir: o famoso pacote catalão de estratégias urbanas tem muito de *déjà vu*¹⁹. Ou por outra, tudo se passa como se a transnacionalização produtiva e financeira, ao contrário do que se poderia prever, em função do acentuado localismo das máquinas urbanas de crescimento, acabasse conferindo – justamente devido ao redirecionamento dos Estados Nacionais, cada vez mais socialmente esvaziados e deslegitimados, no rumo de uma simbiose ainda mais estreita com o mundo dos negócios a serem publicamente (e acintosamente) “alavancados” – uma segunda juventude cosmopolita às parciais coalizões urbanas pró-crescimento.

Evidentemente, é quase supérfluo dizer quem ganha e quem perde, ou seja, quais os primeiros a rebaixar os seus próprios padrões de qualidade civil. Não é necessário muita pesquisa – aliás abundante no livro de Molotch e Logan – para concluir que todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica uma transferência de riqueza e chances de vida, do público em geral para os grupos rentistas e seus associados. No caso, mais aparatoso e quase consensual, por exemplo, da Cultura (quem seria contra tal aprimoramento coletivo?) não é menos evidente essa troca desigual: “o processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas”²⁰. Trata-se claramen-

te de uma estratégia autodestrutiva, e mesmo assim a corrida rumo ao desastre continua, como é próprio da natureza de um sistema que hierarquiza e estratifica, porque o seu desenvolvimento não pode deixar de ser desigual – enfim, cidades mundiais demandam longos ciclos históricos de polarização sistêmica, não são geradas por pacotes de vantagens competitivas planejadas em agências de consultoria.

Dá assim para imaginar a força avassaladora dessa máquina urbana de propaganda, ainda mais se dispõe de meios para chantagear com a sempre invocada geração iminente de empregos. Aqui, novamente, o lugar da união simbiótica entre *rentiers*, planejadores urbanos e intermediários culturais na construção de “consensos” cívicos. No centro, para variar, a Cultura, cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável. Assim, curadores de museus precisam demonstrar que suas instituições (ou melhor, organizações) atraem multidões que multiplicam os negócios, dos *gadgets* de toda ordem às exposições *blockbuster* – de preferência, como até Molotch repara, “*anything Cézanne*”; o mesmo para universidades, cuja sobrevivência institucional depende cada vez mais de sua atitude cooperativa diante do mundo dos negócios etc. Enfim, não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que aliás já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela Máquina de Crescimento, mas sobretudo a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos “lugares” da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*²¹. Nestas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chave desta máquina, reunindo num só personagem o *manager* (o planejador-empresendedor identificado por

¹⁹ A aproximação soa ainda menos arbitrária se pensarmos que Manuel Castells, antes criticado por Hall, como um dos representantes do “urbanismo marxista” dos anos 1970, aos quais opunha o pragmatismo dos urbanistas-*manager* da cidade-empresendimento, acabou por escrever com este, a quatro mãos, um livro sobre *Technopoles of World*, publicado em 1994 (Londres, Routledge).

²⁰ H. Molotch, “Growth Machine...”, em Jonas e Wilson, *op. cit.*, p. 258.

²¹ A designação, citada por Molotch, é de John Short, “Urban imagineers: boosterism and imagination of cities”, em Jonas e Wilson, *op. cit.*, p. 37-54.

Peter Hall) e o “intermediário cultural” – fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem²², ao mesmo tempo intermediário e empresário cultural, no qual Mike Featherstone por sua vez reconheceu um dos principais agentes da *gentrification*²³.

*

Por essas e outras considerações, quando se fala hoje em dia, a torto e a direito, em “fazer cidade”, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato “faz a cidade”? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda parte, ou melhor, sem contar os simulacros na periferia, as mesmas *landscapes of power* descritas por Sharon Zukin em cidades globais como Nova York e Londres: não há nada de surpreendente nisto, pois o redesenvolvimento das áreas centrais nas duas cidades não por acaso se encontraram nas mãos das mesmas instituições financeiras, das mesmas megaincorporadoras, dos mesmos escritórios do *star system*, que por seu turno preparam o terreno por encomenda das matrizes multinacionais de sempre²⁴. E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização

produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram.

3. Gentrificação estratégica

Pois é: da Carta de Atenas à corretagem intelectual de planos de gentrificação, cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades. Como estou dando a entender que o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification*, sem no entanto afirmar que sejam exatamente a mesma coisa – quem sabe a sua apoteose: uma cidade estrategicamente planificada de A a Z nada mais seria, enfim, do que uma cidade *inteiramente gentrificada* –, preciso abrir um parêntese a respeito deste tópico, que se tornou um dos pontos de honra da diluição culturalista da espoliação urbana, pois afinal o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural.

Digamos, retomando o argumento, que a gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento de áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado. E nessa transição dra-

²² Cf. Bourdieu, *La Distinction*, Paris, Minuit, 1979, cap. VI.

²³ Cf. Mike Featherstone, *Cultura de consumo e pós-modernismo*, São Paulo, Studio Nobel, 1995.

²⁴ Cf. Sharon Zukin, “The city as a landscape of power”, in: Leslie Budd e Sam Whimster, *Global Finance and Urban living*, Londres, Routledge, 1992, p. 203-205. Cf. também, da mesma autora: *Landscapes of power. From Detroit to Disney World*, University of California Press, 1991; *The Cultures of Cities*, Cambridge, Blackwell, 1995; e “Paisagens urbanas pós-modernas”, in: *Revista do Patrimônio*, n. 24, 1996, p. 205-219.

mática também se põe em funcionamento, com a mesma eficiência, a máquina de fabricar consensos. Como logo perceberam Molotch e Logan, a longa marcha dos novos pioneiros urbanos foi saudada desde o início pela coalizão de sempre entre mundo dos negócios, mídia e burocracia pública. Segundo nossos autores, tal celebração dava a entender muito claramente que nenhuma violência contra os novos ricos seria tolerada, que as agências reguladoras não disciplinariam corretores e incorporadores e, sobretudo, que aqueles que vendessem suas moradias aos forasteiros não tinham por que se envergonhar perante os vizinhos sem nada de seu para barganhar²⁵.

O mais conhecido e reprisado modelo desta associação hegemônica entre especuladores, políticos e *urban imagineers* não por acaso encontra-se em Nova York, no processo de gentrificação do SoHo, inicialmente através do incentivo à reciclagem dos *lofts* pela comunidade local de artistas – essa a novidade na articulação de capital e cultura na remodelagem da cidade, realçada pelo estudo pioneiro de Sharon Zukin²⁶. Para variar – ou melhor, pela primeira vez de modo exemplar, a partir dos anos 1970 –, reabilitava-se a área sinistrada por uma operação “concertada” (como dirão os ideólogos catalães) de requalificação dos espaços desativados das velhas manufaturas, convertidos em galerias ou mesmo residências de artistas, boutiques, restaurantes ditos sofisticados etc., e conseqüente migração forçada dos antigos moradores e reconversão dos raros proprietários remanescentes, travestidos de intermediários de altos negócios imobiliários. Novos padrões de gosto e consumo difundiam a sensação reconfortante de que uma vida de artista, desta vez reconciliada com a sociedade, podia ser o apanágio de uma nova vanguarda da burguesia – é claro que o conjunto movido a transgressões sistemáticas da legislação com a mal disfarçada aquiescência da administração local.

²⁵ *Op. cit.*, p. 116.

²⁶ *Loft Living*. Brunswick, Rutgers University Press, 1989 (a primeira edição é de 1982). David Harvey deu-lhe os devidos créditos ao prefaciá-la a edição britânica de 1988. Ver ainda do mesmo Harvey outro comentário a respeito em *A condição pós-moderna*, *op. cit.*, p. 82.

Aí o embrião de uma mudança emblemática: à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. Mais ou menos nos seguintes termos, como se pode ler num estudo posterior de Zukin acerca das estratégias culturais de redensolvimento urbano, cujo miolo novamente reside na propagação da imagem de um centro de inovação, qualquer que ela seja, dos serviços financeiros à segurança máxima dos públicos solventes²⁷: é preciso distinguir acima do alicerce formado pelos fatores econômicos clássicos sobre os quais se edifica uma cidade – terra, trabalho e capital – pelo menos mais três camadas de trocas desiguais e, no caso, “simbólicas”. A primeira delas consiste na manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação (*entitlement*): o “visual” de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto “tátil”, podemos acrescentar, refletem decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumentos mais aparatosos²⁸. Na segunda

²⁷ *The Cultures of Cities*, *op. cit.*, cap. 1.

²⁸ A expressão inglesa *entitlement* admitiria aqui uma especificação terra-a-terra e por isso mesmo mais local e subdesenvolvida, o que não seria em si mesmo descabido à vista da dualização crescente das sociedades centrais. Comentando o *entitlement approach* (enfoque da habilitação) proposto pelo economista indiano Amartya Sen para o problema da pobreza endêmica, Celso Furtado observou que é justamente o processo de habilitação (por títulos de propriedade ou inserção qualificada nos processos produtivos) que se encontra bloqueado nas sociedades subdesenvolvidas: “isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter este acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia. As instituições que permitem a concentração em poucas mãos da formidável valorização das terras urbanas respondem pela miserabilidade de grandes massas da população. A pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem com freqüência origem numa situação de privação original do acesso à terra e à moradia. Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos de mercado”, *A construção interrompida*, São

camada, deparamos de novo, não por acaso, com a máquina de Molotch: é que a economia simbólica da cidade também é comandada pela habilidade dos “*place entrepreneurs*” (aos quais foram se juntar hoje os últimos ideólogos do “lugar”) em lidar com os símbolos do crescimento, e sua promessa de empregos e negócios. Por último, o setor mais tradicional, atualmente reativado no ritmo do capitalismo turbinado americano, a aliança entre os círculos de negócios e os “advogados da cidade” – quer dizer, a cobertura do multicolorido edifício do Terceiro Setor –, a qual, por uma combinação eficiente de mecenato e orgulho cívico, cimentado pelo desejo de se apresentar como um novo patriciado, se encarregará de fazer com que se multipliquem museus bombásticos, parques idem e complexos arquitetônicos que assegurem a quem de direito que se está entrando numa “*world-class-city*”. Pois é esta *simbiose de imagem e produto*²⁹ que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística.

Não seria o caso agora de repertoriar os inúmeros exemplos nova-iorquinos de gentrificação estratégica, se é que se pode falar assim, embora seja disso que se trata. O princípio da máquina cultural de crescimento não varia muito, como se poderia verificar noutra requalificação famosa, a de Battery Park, com o roteiro de sempre: concebido em meados dos anos 1960 como uma nova área de habitação em Manhattan, destinada em princípio a várias camadas sociais, foi aos poucos se transformando num vasto projeto de gentrificação impulsionado por uma sucessão de crises (algumas forjadas) e medidas governamentais de “socorro”, com o seu habitual cortejo de comércio *chic* e amenidades culturais, entre as quais um verdadeiro festival de arte pública (ou o que atualmente passa por tal), no qual se consagraria a união entre arte e urbanismo, devidamen-

te emoldurada por uma fantasia *kitsch*, segundo a qual o encontro de terra e água que ali se celebrava descendia da mesma nobre estirpe de Veneza, Constantinopla e São Petersburgo³⁰.

A associação é quase imediata com outra experiência simétrica, embora londrina, criada também, em plena década de 1970, com o intuito de construir habitações, inclusive preferencialmente subsidiadas, para pessoas de baixa renda, numa região central que se achava desativada e degradada: o velho porto de Londres, com seus armazéns, do outro lado do Tâmesa, bem em frente à City. O plano, proposto pelo *Joint Comitee*, não agradou ao governo central que acabou criando a famigerada LDDC que não tinha por função senão impedir qualquer regulamentação restritiva ao mercado. O resultado é conhecido: especulação imobiliária desenfreada, tornando o local um reduto de yuppies nos anos 1980, com os preços dos terrenos valorizados em até 2.000%, seguida de uma baixa vertiginosa, falência de todo tipo, inclusive da Olympia and York (casualmente, responsável tanto pela construção de Battery Park quanto de um imenso complexo multifuncional em Canary Wharf). Todo o tipo de chantagem (até a família real tinha propriedades nas ilhas) e logo o Estado entrava em cena. Hoje é uma outra cidade dentro de Londres: centro empresarial, sede das grandes corporações e de boa parte da mídia, e dos altos serviços, sem contar habitações de altíssimo padrão. O de sempre, com direito aos mais luxuosos ambientes, inclusive nas estações de metrô, projetadas pelos mais festejados arquitetos, como Norman Foster. Tudo bem calculado para dar aos que ali chegam a certeza de que estão entrando num espaço urbano diferenciado – diriam os gerentes urbanos de plantão: “altamente qualificado”. A simetria não é fortuita: não só porque Manhattan e Docklands/City são hoje os grandes centros financeiros de duas das três maiores *Global Cities*, mas tentam através de todos os tipos de estratégias expandir os efeitos destas ilhas privilegiadas para a cidade como um todo, que vai se valorizando e

Paulo, Paz e Terra, 1992, p. 55. O vínculo entre a Lei de Terras de 1850 e o fim de linha urbano em que nos debatemos encontra-se exposto por extenso no capítulo de Ermínia Maricato no presente volume: “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias...”

²⁹ Na fórmula de Sharon Zukin, *op. cit.*, p. 8.

³⁰ Cf. Rosalyn Deutsche, *Evictions*, Cambridge, MIT, 1996, p. 79-93.

– por que não? – gentrificando. Veja-se por exemplo a grande operação em Londres East, em franca efervescência comandada pela recente *jubilee line*; ou em *Southwark* – na região sul do Tâmsa, pelo mais aplaudido, neste momento, museu europeu, a Nova Tate Gallery.

Voltando a NY, seria o caso sim de completar o raciocínio, observando algo aparentemente trivial, mas que na verdade faz tempo deixou de ser, o fato de que áreas gentrificadas são áreas altamente vigiadas, e segundo a gramática estetizante mencionada há pouco a propósito das “habilitações” bloqueadas – da moradia à simples permanência num parque requalificado. Este último é o módulo mais simples do mecanismo de subordinação de um espaço público ao controle privado, para variar na forma de alguma ONG criada *ad hoc* pela coalizão local de reabilitadores urbanos: redesenha-se o local; programam-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente *chic*, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças. E por aí se vai, a cada unidade mais complexa de intervenção, até se alcançar quem sabe toda a cidade que importa, seu enclave propriamente global. Chegamos enfim ao que já foi chamado de “estetização do medo”³¹ e que vem a ser a mola secreta do súbito interesse manifestado pelas elites globais pelo espaço público, sobre o qual se puseram sintomaticamente a tagarelar: não há mecenas que se preze que não patrocine alguma área pública, com o zelo ancestral demandado por essa nova onda de *enclosures*, como nos tempos da acumulação primitiva.

A esta altura é bom não perder de vista a origem militar da palavra *estratégia*, que da esfera semântica da guerra econômica foi transplantada, com involuntária precisão, para um urbanismo que pelo menos confessa precisar de adversários, aliás facilmente identificáveis. Assim sendo, penso ser o caso de incluir na “cidade revanchista”, descrita por Neil Smith³², a gentrificação estratégica de que estamos falando. A designação não deve surpreender numa era de revanche do Capital em todas as fren-

tes – cuja magnitude deve se explicar pelo Grande Medo que se seguiu à explosão dos anos 1960/70. Na arena propriamente urbana, revanche contra trabalhadores precarizados, imigrantes, sem-teto etc., enfim, todo tipo de classe perigosa que possa ameaçar o sono dos vencedores de ontem. Por cidade revanchista Neil Smith entende mais especificamente a retomada agressiva das gentrificações depois das grandes falências do fim dos anos 1980, mas sobretudo como reação à deterioração urbana provocada pela primeira onda de desregulações e cortes nos programas sociais. Não é difícil perceber, todavia, que o revanchismo que anima sem disfarce as gentrificações estratégicas é expressão de uma escalada mais extensa e profunda na guerra social contemporânea, cristalizada, entre outras patologias da atual hegemonia global, numa espécie de *novo senso comum penal* – criminalização da pobreza e normalização do trabalho precário –, cuja manifestação urbana também pode ser identificada numa sorte de princípio da inviolabilidade do espaço público, por isso mesmo submetido a uma estrita vigilância privada³³. Uma “nova doxa punitiva” alimenta a progressiva substituição do Estado Social pelo Estado Penal (1,5% da população americana está encarcerada e dela, 80% são negros) – por sua vez monitorada pelo complexo industrial-carceral, um outro ramo muito próspero no capítulo das privatizações –, tanto quanto a estetização cultural do medo induzida pela atual fase de gentrificação. Ora, outra ironia, desta vez semântica, mas em sintonia com os esvaziamentos que estamos acompanhando, consiste em batizar com o nome de *civilidade* – nada mais enfaticamente cultural – essa maré punitiva que saúda cada lance de aprofundamento do novo Estado Penal como um gesto de audácia cívica contra o amolecimento da vontade política dos governantes. Não há dispositivo de segurança que não passe então a representar alguma força civilizatória. Como a “tolerância zero” do prefeito Giuliani, para dar o exemplo mais corrente: assim, segundo o atual administrador de Nova York,

³¹ Pela mesma Sharon Zukin, no livro citado há pouco.

³² *The New Urban Frontier*, Londres, Routledge, 1996.

³³ Cf. Loïc Wacquant, “Ce vent punitif qui vient d’Amérique”, in: *Le Monde Diplomatique*, abril, 1999.

“numa cidade civilizada, as ruas não são lugar para dormir, as pessoas devem usar quartos”³⁴.

Não surpreende que nessas circunstâncias o jargão da civilidade tenha impregnado a montagem das novas estratégias urbanas, afinal ambos têm a mesma origem no *management* empresarial. E pelo padrão Giuliani de civilidade podemos imaginar o que se passa hoje no interior de uma empresa-cidadã. E, por extensão, nos espaços gentrificados de uma cidade-empresa-cultural que deveria então ser redescrita por um outro ângulo: não só como cidade-negócio, mas igualmente como uma cidade “polida” em todas as suas engrenagens – de uma vendedora de boutique a um transeunte benévolo como se vivesse numa ONG de asfalto – como uma só empresa regida por um *script* único de atendimento ao cliente, como em qualquer lanchonete de *fast-food*. Nas cidades globais certamente causa a melhor das impressões, razão a mais para se replicar o modelo nos enclaves da periferia...

4. Os dois turnos do Cultural Turn

É bom não perder de vista que está nos interessando desde o início esclarecer o papel preponderante da gestão cultural nesse novo receituário de planificação urbana ostensivamente empresarial. Em princípio não era para ser assim tão evidente que, sem investimentos de porte compatível na área cultural, as cidades teriam sua governabilidade posta em dúvida, pela comunidade de negócios... Mas tampouco a velha guarda liberal-burguesa e sua contraparte social-progressista poderiam prever que os templos urbanos da cultura só renasceriam, reforçados em sua legitimidade, caso pudessem alegar os grandes números de sucesso numa estratégia competitiva de inserção global. Pois foi o que se deu, como já sabemos, mas ainda não explicamos por extenso: a resistência identitária dos lugares da memória e da produção do sentido, entranhada na urbanidade

então redescoberta com a implosão da idade moderna da feiúra – como diziam os franceses depois de 68 –, reposta tal qual, na sua alegada autenticidade cultural tomada ao pé da letra, na engrenagem da máquina urbana de crescimento. Estou me referindo ao seu papel de “âncora” do viés culturalista nas novas estratégias de planificação, em princípio destinadas a conter a desordem urbana até então estetizada pelos representantes mais cínicos ou mais bisonhos, e cujas metamorfoses precisamos agora periodizar, atentando para as reviravoltas e confluências que culminarão na cidade-empresa-cultural.

Aludi páginas atrás à existência de algo como um segundo turno no interior mesmo da virada de época que em princípio estaríamos vivendo, batizada de *cultural turn*. Como esta guinada interna não parece nem um pouco evidente e é decisiva para o meu argumento, gostaria de me estender um pouco a respeito. Acredito que ela torne um pouco mais compreensível o mecanismo de fundo que governa as convergências inesperadas na origem do novo *mainstream* urbano.

Não viria ao caso rastrear agora as origens da própria expressão *cultural turn*. De fato me interessam muito mais as circunstâncias de nascimento, ascensão e auge do primeiro termo da fórmula – o “cultural” – assim mesmo, substantivado, e agora no seu estágio terminal como um item administrativo. Mesmo assim, e sem a menor intenção de fazer história das idéias, não seria demais lembrar que a denominação *cultural turn* surgiu nos meios de esquerda dos *campi* anglo-americanos, nos anos 1980, designando uma dessas mudanças ditas revolucionárias de paradigma, graças à qual tudo teria se tornado “cultural”³⁵ – suficientemente abrangente para dar conta tanto da

³⁴ Citado por Renan Antunes de Oliveira, “Nova York anuncia ofensiva contra sem-teto”, *O Estado de S. Paulo*, 22.11.99.

³⁵ Mais especificamente nos Departamentos de Humanidades e Ciências Sociais, e não antes dos anos 1980, muito embora as hibridizações que lhe deram origem datem da década anterior, como o transplante americano do pós-estruturalismo francês – para o qual, como se sabe, não havia nada fora do texto, ou do discurso – e sua fusão com as derradeiras metamorfoses do *linguistic turn* anglo-americano, das revoluções epistemológicas de Thomas Kuhn aos jogos de linguagem do segundo Wittgenstein, e por aí afora até à cristalização do sentimento *antiestablishment* acadêmico de que afinal “*everything is culture*”.

economia (como uma questão de retórica), quanto da cidade-colagem metafórica (na expressão consagrada por Collin Rowe) dos contextualistas. Também seria o caso de lembrar que, a partir de certo momento, a fórmula tornou-se um sinônimo mais confiável para o desgastado pós-moderno, a ponto de Fredric Jameson, por exemplo, intitular sem maiores explicações *Cultural Turn* sua mais recente coletânea de escritos (1998) sobre o assunto. Tão ampla, tal ruptura de paradigma, e sua correspondente denominação atualizada, de modo a abarcar, na mesma convicção de que os tempos são outros (mesmo que não a ponto de esgotar o Projeto Moderno ainda inconcluso), um adversário impedido do pós-modernismo como Jürgen Habermas, cujo paradigma comunicacional, que envolve linguagem e significação pragmaticamente compartilhada, é apenas um outro nome para a mesma rotação histórica invocada pelos seus inimigos culturalistas.

Não param por aí as convergências, e esta agora nos interessa mais de perto. Mesmo Jameson, que publicou uma longa e reticente resenha a propósito da voga dos Estudos Culturais, se esqueceu de reparar que estavam ambos e todos acionando a mesma manivela do *cultural turn*. Assim como Jameson vinha há tempos verificando, ao seu próprio modo, a pertinência do referido *tournant* cultural do capitalismo avançado, afirmando que a cultura tornara-se de tal maneira coextensiva à vida social em geral que o “cultural” e o “econômico” teriam passado um no outro e já significavam a mesma coisa³⁶, por seu lado, os principais formuladores dos *Cultural Studies* também nos asseguram que a cultura se tornou central na conformação de “fenômenos sociais totais” (utilizando os termos da antropologia

de Mauss, hoje novamente em voga na discussão dos processos civilizatórios, e sabemos que a principal fronteira deles é a urbana), e igualmente extensiva, a ponto de ter convertido a economia política da reprodução capitalista numa *economia cultural*³⁷. À primeira vista, uma enormidade; entretanto, ainda não foi dita a última palavra (materialista por certo) acerca da economia baseada na informação. Fica por enquanto apenas a constatação de que a nova esquerda anglo-americana é antes de tudo uma esquerda cultural e que, por isto mesmo, justifica involuntariamente sua presença politicamente nula no mundo realmente existente do trabalho.

Ora, se assim é, quer dizer, se é fato que há uma ou duas décadas a nova *new left* está convencida de que a lógica do capitalismo contemporâneo tornou-se cultural, seria então o caso, para início de conversa, de lembrar certas circunstâncias da sempre relegada década de 1970 (talvez mais decisiva que o estopim dos *sixties*), a começar pela indispensável constatação de que foi nada mais nada menos do que a própria direita quem primeiro proclamou, nos anos 70 precisamente, que de fato era preciso reconhecer que o capitalismo padecia de contradições, mas que estas eram de ordem cultural. O clássico de Daniel Bell *As contradições culturais do capitalismo* é de 1976. Dele procede, por exemplo, a deixa para o diagnóstico neoconservador, repisado até hoje, segundo o qual o risco maior que o sistema corria era o da “ingovernabilidade”, devido justamente a uma “*adversary culture*” solta nas ruas.

Por onde se vê que já estava armado o cenário que atribuiria à cultura um papel central na governabilidade do aparato de dominação. O perigo iminente de “ingovernabilidade” era atribuído a uma sobrecarga intolerável de pressões, que o oficialismo de hoje chamaria de populismo macroeconômico, mas que na

³⁶ Cf. Fredric Jameson, “Periodizando anos 60”, in: Heloisa Buarque de Holanda *Pós-Modernismo e Política*, Rio de Janeiro, Rocco, 1999; do mesmo autor, *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Ática, 1996. A edição mencionada do *Cultural Turn* é da Verso, Londres, 1998. Para um comentário mais detalhado deste processo de aculturação da realidade social segundo Jameson, cf. meu “Cultura da Cidade...” *op. cit.* Ou ainda “O *cultural turn* no discurso sobre a cidade”, in: *Rua* n. especial, NUDECRI/UNICAMP, 1999, p. 89-100.

³⁷ Cf. Stuart Hall, “The centrality of culture”, in: Kenneth Thompson (org.). *Media and Cultural Regulation*, Londres, Sage, 1997. Ver ainda as observações críticas de John Kraniuskas, “Globalization is ordinary”, in: *Radical Philosophy*, n. 90, 1998.

época eram postas na conta de uma inflação de exigências descabidas apresentadas a um Estado Social que a desaceleração do crescimento econômico começara a desacreditar – exigências que no entanto pareciam ultrapassar o plano esperado das compensações materiais para elevar-se ao patamar mais inquietante da perda de confiança na autoridade moral das instituições. Ou seja, seu infalível sexto sentido ideológico ditou-lhes a inversão de praxe: a crise de governabilidade seria, em última instância, uma crise cultural; eram no fundo as orientações normativas de uma cultura hostil em flagrante antagonismo com o velho *ethos* produtivista do capitalismo, que inflavam a enorme pressão reivindicativa naquela antevéspera da contra-ofensiva Reagan/Tatcher³⁸.

Pode-se dizer que a nova esquerda que entrava em cena nos anos 1970 foi aos poucos tomando ao pé da letra este diagnóstico de cabeça para baixo, porém com sinal trocado: de fato o que contava mesmo era a cultura antagônica que se estava cristalizando por toda parte na esteira de 1968, mas sobretudo – como admitia a direita ainda na defensiva, diante da indisciplina que se alastrava do Vietnã às greves selvagens na Europa Continental – seu poder mobilizador estava demonstrando que algo na base material do capitalismo se alterara em profundidade, e com isto, o conflito básico das sociedades capitalistas. Aqui o primeiro turno do *cultural turn*, que só retrospectivamente será reconhecido, e reapropriado, como tal.

O roteiro é conhecido, mas não custa repassá-lo do ângulo de agora. Segundo consta em mil e uma versões, a novidade do

nosso tempo emergiu à luz do dia em *Maio de 1968*, a maior greve de massa na história das sociedades industriais avançadas. Há quem veja naquela brecha histórica, que se fechou apenas entreaberta, algo como o epitáfio da velha convicção anti-sistêmica a respeito do papel dirigente da classe operária, que aliás nas jornadas de maio foi a última a entrar e a primeira a sair, só que vitoriosa com os acordos de Grennelle. Tampouco vou arriscar qualquer palpite sobre as novas classes que estariam entrando no cenário naquele momento, basta-me a constatação de que, ao lado do mundo do trabalho que se pusera em marcha contra o compromisso fordista, vieram se alinhar, não sem conflito quanto à escala das prioridades, os assim chamados desde então Novos Movimentos Sociais, constituindo um novo *front* responsável por uma outra agenda anti-sistêmica de inédito caráter “pós-materialista”, como logo foi batizada. Desse mesmo *front*, que deixara para trás as virtudes burguesas clássicas do produtivismo e da performance individual máxima, também fazia parte uma Grande Recusa no chão de fábrica: insubordinação, sabotagens, seqüestros, tudo contra as cadências infernais e todo o conjunto de disciplinas que caracterizam a prepotência do capital. Nela ecoavam, vindas do lado de fora, as mobilizações em torno dos valores, por assim dizer, pós-aquisitivos: realização pessoal, solidariedade etc.

Na boa observação de André Gorz, a explosão de maio, cujos estilhaços continuariam se espalhando ao longo de toda a década recalcitrante de 1970, provava, ao contrário do que apregoavam os teóricos do aburguesamento das classes não proprietárias, que as proteções e prestações do Estado-Providência não haviam reconciliado as populações com a ordem capitalista, pelo contrário. Mas também (confirmando o diagnóstico neoconservador acerca das raízes culturais da ingovernabilidade, acrescento), ao se alastrar por todas as instituições que não apenas as do miolo produtivo básico – das escolas aos hospitais, das prisões à mídia, dos órgãos de Estado ao meio ambiente – demonstrara que fora posto em questão o fundamento de todo o edifício, ou seja, o próprio mecanismo de *reprodução*

³⁸ Cf. Claus Offe, “A ingovernabilidade: sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise”, in: *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (a edição alemã original é de 1979); Jürgen Habermas, “Les néo-conservateurs contre la culture”, *Praxis Internationale*, jan. 1983, republicado num *Temps Modernes* do mesmo ano. Ainda sobre os equívocos da antinomia neoconservadora entre modernização econômico-social e modernização cultural, Jürgen Habermas, “Modernidade versus pós-modernidade”, in: *Arte em revista*, n. 7, São Paulo, CEAC, 1981, p. 86-91.

simbólica da sociedade³⁹. Estava aberta assim uma brecha na sociedade salarial, de sorte que o conflito estaria por toda parte e sua radicalização se daria no terreno cultural, além do mais, foco de contaminação do mundo heterônomo do trabalho – ainda na observação do mesmo Gorz, mas agora na condição de ideólogo da nova *sociedade da cultura*, em construção desde então, sobre os escombros da extinta sociedade do trabalho⁴⁰.

Desnecessário lembrar que a chamada volta à cidade daqueles anos de rescaldo de 68 (e não só na Europa, mas sobretudo lá e particularmente na França e na Itália) forneceu o cenário mais visível desse primeiro turno cultural. Por uma breve temporada pareceu possível emperrar a máquina urbana de crescimento, contrapondo ao núcleo duro produtivista do sistema a cidade como valor de uso. Tudo se passava então como se o novo *souci de l'urbain* tivesse renascido à sombra do ímpeto pós-material que vazara pela brecha de 1968 (sintoma ainda não se sabia bem do quê). Nada mais antivalor (de troca) do que o “lugar” redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o *habitat* ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora, como há de recordar pelo menos os veteranos que ainda têm notícia daquela geração – a segunda? – de índole oposicionista.

Visto de hoje, talvez o mais surpreendente naquela fase é que ninguém falava em cultura! Não passava pela cabeça de nenhum protagonista daquela geração urbanística estar engajado numa ação cultural... Retrospectivamente se dirá que os paradigmas já não eram os mesmos, porém ainda não se cogitara dualizar tanto a teoria quanto a prática, justapondo “gramáticas das formas de vida”, enquanto reprodução cultural, aos confli-

tos distributivos da esfera econômica, para não falar na absorção da segunda pela primeira a título de contraprova da culturalização em marcha de toda a realidade social. Mas logo se começaria a dizer que era isso mesmo que estava ocorrendo.

Dito isso, seria preciso acrescentar que essa mesma geração, que os neoconservadores não hesitariam em incluir entre os protagonistas de uma cultura hostil, e que chegavam até a corporificar numa nova classe, produtora e monopolizadora do “sentido” (que logo adiante se transmutarão em *intermediários culturais* provedores de identidade e estilo, mas quando então a cultura fazia tempo deixara de hostilizar o que quer que seja), vivia em regime de condomínio com uma nova configuração da máquina urbana de crescimento, à qual se estavam adicionando ingredientes novos. Estou me referindo à invenção do *cultural*⁴¹ (agora de caso pensado) por um *star system* arquitetônico, associado a governantes movidos pela mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir, através de uma política de coalizões, os consensos indispensáveis. Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que está nos interessando demarcar, um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência antiprodutivista cuja gênese acabamos de recordar, que assim voltava a se legitimar uma segunda vez, redescobrimdo-se plenamente “cultural” desde sempre. Nada a ver portanto com o que se entendia por cultura no ciclo histórico anterior, o breve interregno da Era do Crescimento do segundo pós-guerra, para não falar é claro naquela velha esfera autônoma e transcendente da extinta Idade Liberal-burguesa. Tudo a ver, portanto, com o mito bifronte da cidade-colagem-grande-projeto

³⁹ Cf. André Gorz, *Misères du présent, richesse du possible*, Paris, Galilée, 1997, p. 23-25.

⁴⁰ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 74-131.

⁴¹ Estudei um caso exemplar deste dispositivo em “Os dois lados da Arquitetura Francesa Pós-Beaubourg”, publicado originalmente em 1988 na revista *Novos Estudos* e recolhido no volume *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos*, EDUSP (1993, 95, 2000). Voltarei de forma breve ao tema no próximo tópico.

que então nascia, e da qual a Paris de Mitterrand será o exemplo máximo e seguramente o ponto de inflexão.

Deu-se assim uma metamorfose do “cultural”, cujo pós-materialismo, a princípio reativo, foi se tornando pró-ativo, para não dizer cooperativo, à medida que se estetizava e se concentrava nos valores expressivos de uma ordem social que alegava a seu favor haver destronado o primado das relações de produção em nome das relações de “sedução”, como foi saudada a Era do Vazio que se iniciava⁴² (talvez ajude referir-se então a um segundo turno do *cultural turn*, de que falei na abertura deste ensaio). Se estou certa, nem foi preciso esperar pelas grandes desregulações do período seguinte, a começar pela flexibilização da rigidez fordista, para apressar a mutação indolor do libertário-cultural, empenhado na recuperação da riqueza simbólica das formas urbanas (na formulação de Leon Krier), no embrião dos futuros semeadores de iscas culturais para o capital – para os quais a monotonia funcional do Modernismo com certeza criara uma forte demanda reprimida⁴³.

Convenhamos, pensando na promoção suave da terceira geração urbanística pela escada rolante do *cultural turn*, o mundo arranjou-se de tal modo que já não é mais necessário deixar

⁴² Gilles Lipovetsky, *L'Ère du Vide*, Paris, Gallimard, 1983.

⁴³ A observação é de David Harvey, que de passagem associa os movimentos culturais dos anos 1960, expressão parcial daquele desejo recalcado de “riqueza simbólica”, à expansão do mercado de estilos, *op. cit.*, p. 82. A mesma linha evolutiva adquire nitidez máxima se acompanharmos a curva descrita pelo pós-estruturalismo francês, cujo repúdio do “espelho da produção” (Baudrillard), no qual se refletiriam todas as “disciplinas” modernas, culmina numa certa estilística da existência, como no último Foucault, o qual por assim dizer abriu a porteira para a epidemia “ética” nos meios outrora contestatários. Os quais, aliás, foram deixando de sê-lo também por falta de adversários – outro pivô na guinada pró-sistêmica dos agentes da inovação cultural. É que uma vez extinta a velha classe dominante burguesa, responsável em razoável medida pela persistência do antigo regime cultural (sem falar nos usos e costumes), os novos donos da riqueza e do poder foram se tornando, na sua degradação, indiscerníveis da personalidade hedonista, sobretudo em seu horror à frustração: a bem conhecida subjetividade narcisista liberada pela reviravolta cultural de que estamos falando.

de sentir-se à esquerda, pelo contrário, tal sentimento sai reforçado, para sustentar uma opinião tão sob medida quanto a idéia politicamente correta de que a Cultura finalmente desceu de seu pedestal elitista, bem como de seu confinamento populista, expandindo-se e infiltrando-se por todos os domínios relevantes nas arenas econômica, social e política, reconstituindo-as segundo as regras de novos “formatos culturais”, utilizados por sua vez como recursos de valorização nos respectivos âmbitos⁴⁴. Com o sinal trocado, era justamente isso que Guy Debord queria dizer quando profeticamente anunciou que a cultura seria a “mercadoria vedete” na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel⁴⁵. A seu ver, a alienação humana chegaria então ao seu grau máximo.

Em resumo, a partir da desorganização da sociedade administrada do ciclo histórico anterior, cultura e economia parecem estar correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a auto-estima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao *status* de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.

⁴⁴ No resumo de John Kraniuskas, *op. cit.*, p. 16.

⁴⁵ *La Société du Spectacle*, Paris, Gallimard, 1992, p. 191.

O que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é o *outro* ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. A tal ponto que se torna mais ou menos indiferente se se trata de um grande museu – tome-se a título de exemplo, as investidas de Thomas Krens, executivo da fundação Guggenheim, para criar uma filial do Museu na América do Sul – ou de uma montadora (veja-se a semelhança dos argumentos e das condições impostas por Krens) – tanto quanto tantas outras iniciativas, por exemplo, propiciadas pelo evento “200 anos” (de Revolução Francesa), ou “500 anos” (de Descobrimento da América e, agora, do Brasil).

5. Variações em torno de um mesmo modelo

Paris

Retomando o fio, gostaria de recuar um pouco no tempo para lembrar que não são de hoje os argumentos que venho contrapondo ao Planejamento Estratégico, por certo *avant la lettre* e nos meus próprios termos, ao analisar, como referi há pouco, os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg, não por acaso dois lados complementares: os chamados Grandes Projetos e o retorno contextualista à cidade. Os primeiros, via de regra, construções monumentais de iniciativa do governo central, e consistindo, em geral, em equipamentos culturais – esta a grande novidade, como logo veremos. E Grandes Projetos destinados, entre outras coisas, a catalisar a recuperação do entorno, enfim, edifícios emblemáticos, como se diria no jargão de hoje. É claro que a renovação de Paris não resultou de um Plano Estratégico propriamente dito, mas, qualquer que seja a denominação adotada, para o princípio mais do que duvidoso – para dizer o menos – de se “fazer cidade” (seja dito novamente em jargão) mediante *show-cases*, não seria muito difícil reconhecer naquela renovação espetacular o modelo dos atuais megaempreendimentos-âncora, os motores da “requalifica-

ção” urbana⁴⁶. Estava tudo lá, naquelas providências de regulação flexível do urbano, da ampliação da indústria cultural que incorporava a cultura dos museus e suas adjacências *highbrow* ao capitalismo de imagens, da nobilitação arquitetônica do mundo dos negócios à correspondente mitologia urbanizadora do terciário avançado, sem a qual não se pode aspirar ao *status* de cidade global.

Assim sendo, se é possível sustentar sem erro que a matriz da concepção da cidade como máquina empresarial de crescimento é americana, à qual foram se incorporando massivamente estratégias de nítido corte cultural, pode-se acrescentar com igual segurança que essa conjunção de empreendimento urbano e investimentos culturais de porte industrial data da generalização daquela invenção francesa, da qual o Beaubourg é a raiz projetual. E, se o que se disse quanto à linha evolutiva do *cultural turn* está certo, o efeito Beaubourg terá sido tanto mais bem-sucedido por trazer na fachada, além da evocação bem calculada da voga da arquitetura megaestrutural de ostensiva sugestão utópica, as marcas das rebeliões da década anterior. Na verdade, embora toda aquela quermesse comandada pela arquitetura, a que iremos assistir desde então, tivesse sido inaugurada com a “animação cultural” programada em grande escala pelo brinquedo de armar chamado Beaubourg, é só dez anos mais tarde que se consolida, com toda a pompa e ostentação, a colonização urbano-cultural pelo reino da mercadoria – numa dimensão jamais vista e num registro despudoradamente midiático, justamente a marca de todo o Grande Projeto arquitetônico-urbanístico que se preze nesta passagem de século. O

⁴⁶ Cf. Nuno Portas, em um artigo publicado na Itália – “L’emergenza del progetto urbano” (em *Revista Urbanística*, 110, Roma, giug. 1998) –, associa os projetos de “terceira geração” ao seu caráter midiático, ou seja, à preferência por Grandes Projetos, cuja visibilidade seria necessária à competitividade, além de, por seu poder de impacto, facilitarem o “consenso e o compromisso dos atores”. Não que ele reduza esta urbanística a megaprojetos, mas, como um dos protagonistas desse novo planejamento, reconhece o papel estratégico de tais iniciativas.

novo marco deslocara-se assim para o museu-espetáculo de Orsay. E a contraprova de que o mesmo *show* continua a ser relançado a cada nova temporada pode ser encontrada na recente reestruturação milionária do Beaubourg.

Como disse, aqui a grande inovação, se é que se pode falar assim, a saber, a invenção pela esquerda francesa, no poder desde 1981, da máquina cultural de crescimento. Ou seja, a substituição escandalosa – nos dois sentidos da palavra – do Estado Social pelo Estado Empresário Cultural, cujo sucesso crescente ainda por cima se alimentava explicitamente da corrosão programada do primeiro. Tudo em nome de uma ultrapassagem moderna de uma sociedade até então protegida para uma sociedade de risco: a esquerda enfim se abria para a “complexidade”, na fraseologia bem conhecida por aqui não faz muito tempo. É claro que a direita sorria diante das declarações oficiais de que doravante cultura e economia constituiriam um mesmo combate⁴⁷, que ninguém mais a superaria, ela, a esquerda em matéria de modernismo e realismo, que ficara para trás o preconceito estatista da velha esquerda – de uma vez por todas era preciso entender que cultura não se faz sem dinheiro e ponto. Sorria porque o *script* era seu, como vimos, e não poderia imaginar que, na primeira virada política da conjuntura de crise dos anos 1970, a esquerda tomaria ao pé da letra seu diagnóstico deslavadamente ideológico quanto às origens culturais dos bloqueios aos quais atribuía a responsabilidade pela lucratividade em queda. Para se ter uma idéia do disparate daquela “descoberta” da prioridade cultural, bastaria lembrar que até mesmo o ainda hoje incipiente mecenato empresarial foi induzido pelo Estado no recalcitrante patronato francês, que obviamente também comprou com lucro outra novidade de esquerda, a saber que o patrocínio cultural seria a expressão natural e legítima de um impulso ético-convivial na base de todo o empreendimento econômico consistente. Coube assim à esquerda no

poder a demonstração do teorema conservador acerca da centralidade da cultura na gestão das populações precarizadas pela guerra econômica. A essa expansão do *ethos* privatista até os confins da motivação estética, atribuiu-se o condão providencial de um efeito de choque na luta contra a crise. Efeito próprio à forma-publicitária a que chegara então não só a nova monumentalidade arquitetônica, como também a Paris gentrificada, como que por um passe de mágica cultural. Espetáculo por espetáculo, também não surpreende que nesta Era Mitterrand de glamourização do economicismo de esquerda, a indústria cultural tenha sido revista como a fronteira dos processos industriais do futuro, com a cidade-empresa como principal item.

Barcelona

No outro lado dos Pirineus, numa região em permanente guerra de auto-afirmação, novamente a esquerda, agora diretamente na gestão de uma das cidades mais importantes da Europa, se lançava, de caso pensado e sem esconder suas motivações, numa aventura semelhante. A fórmula era importada, mas já incorporando a lição que chegara através do Atlântico: a cidade-empreendimento de formato americano. Estou me referindo a Barcelona e ao seu modelo de planejamento, exportado hoje para o mundo todo e muito especialmente para a América Latina – o que nos obriga a expô-lo com algum detalhe mesmo que seja uma variante a mais (preservadas algumas particularidades, como veremos) da cidade-empresa-cultural⁴⁸. E

⁴⁸ Só para se ter uma idéia, foram publicados, aqui mesmo, no Brasil, fazendo apologia do Planejamento Estratégico, uma série de textos. Por exemplo: a coletânea de Tânia Fischer, *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; Sarah Feldman e Jorge Kayano (orgs.), *Avaliação de experiências de planejamento estratégico de cidades*, São Paulo, Polis, julho de 1988 (xerografado); Rodrigo Lopes, *Cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*, Rio de Janeiro, Mauad, 1998; Ricardo Lima e Fernando Rezende (orgs.), *Rio-São Paulo, cidades mundiais*, Rio de Janeiro, IPEA 1999; *O futuro já chegou – eixo Tamanduathey*, publicado pela Prefeitura de Sto. André; e *O município no século XXI, cenários e perspectivas*, publicado pelo governo do Estado de São Paulo, CEPAM, 1999.

⁴⁷ Nas palavras do Ministro da Cultura Jack Lang: “a cultura é o nosso petróleo”. Cf. a respeito os livros de Jacques Renard, *L'élan culturel*, Paris, Puf, 1987, e Jacques Rigaud, *Libre Culture*, Gallimard, 1990.

o fizeram com uma tal perícia que conseguiram passar a impressão de que tudo começou com Barcelona. De fato, insisto, não foi. De qualquer modo, a capital da Catalunha inaugurou – a partir do momento em que alguns arquitetos catalães formularam o “plans cap al 92”, posteriormente “Barcelona 2000” – uma urbanística que passou a ser identificada justamente como a matriz do Planejamento Estratégico. Desnecessário dizer que nem mesmo este foi uma invenção ibérica, pelo contrário, a técnica adotada numa planificação urbana que se autodenomina estratégica é, como já vimos, americana: inspiradas nas empresas privadas, nos anos 1960, cidades e regiões passaram a proclamar que a máquina de morar/trabalhar/etc. moderna não mais atendia às exigências de uma nova fase de reestruturação do capitalismo, inventando, em nome de um novo e acintoso conceito de *performance* urbana, máquinas urbanas de produzir renda (para voltar ao conceito de Molotch). Aliás o mote já era adotado por algumas administrações municipais na própria Europa, como Birmingham ou Rotterdam, sem falar no novo plano para Madri. Mas com o tempo o planejamento de Barcelona foi se convertendo num paradigma dentro disso que estamos chamando de urbanismo de “terceira geração”, e possivelmente porque de alguma maneira soube renovar a fórmula, que aliás contava com um ingrediente indispensável e muito bem explorado: o *marketing* que as Olimpíadas de 92 propiciaram.

Sem dúvida, o grande aporte do Governo Central devido às Olimpíadas, mais os investimentos privados motivados pelo evento, favoreceram um projeto de uma abrangência inusitada, numa escala incomparável com a feira de Baltimore de 20 anos antes. Mas havia também, não há como negar, uma experiência acumulada de gestão urbana de esquerda, em Barcelona, que fazia com que, mesmo quando o princípio que a norteava fosse o das intervenções pontuais, se destinasse a recuperar o conjunto da cidade – não havia, ao menos de forma explícita, a intenção de beneficiar uma elite local, criando nichos de alto valor imobiliário. Portanto, insisto: não há de ser sem motivo que Barcelona se tornou a grande referência – só um êxito razoável do modelo, não apenas *marketing*, poderia explicar tão rápida difusão mundo afora, e justamente na versão dos urbanistas ca-

talães. Aliás, discípulos e colaboradores de um dos grandes artífices da segunda geração, Oriol Bohigas, o qual, à frente da Secretaria do Planejamento – rebatizada por ele de Projeto Urbano – radicalizara a proposta de modestas intervenções pontuais, com um projeto por sinal bastante ambicioso, de construção de cem praças (não por acaso numa fase de franca expansão da ideologia do lugar público, além do mais numa cidade onde as pessoas conservavam o hábito do encontro em espaços dessa natureza), no intuito de, por difusão, ou através de uma “metástase benigna” (expressão que depois se banalizou), provocar uma reurbanização geral.

Não demorou muito, contudo, para que uma tal política, centrada na ideologia da diferença (Campos Venuti falaria em urbanismo rarefeito), revelasse sua fragilidade, reforçando a fragmentação urbana; de sorte que, visando debelar as novas patologias da cidade, foi-se cristalizando um novo ciclo de gestão urbana. Ora, as Olimpíadas eram um bom pretexto para uma correção de rumo e, certamente propiciada por ela, uma nova direção acabou sendo dada à Secretaria, então sob a direção de Bousquets⁴⁹, quando voltou à denominação antiga, de Planejamento, mas agora obedecendo a uma nova fórmula que procurava conjugar microintervenções a um plano mais geral. As novas estratégias viriam tornar isso mais efetivo: infra-estrutura, sistema viário, restaurações, residências (as vilas olímpicas), redes hoteleiras, novos equipamentos esportivos, sem falar na valorização do seu bem natural maior, a face para o mar – calçadões na zona portuária, praias etc. E o mais importante, o reforço dos valores mais representativos de Barcelona, por exemplo, no campo das artes, Miró, Picasso, Tapiés; do urbanismo e da arquitetura, Cerdá, Gaudí, o Modernismo catalão, “regionalismo crítico” pós-moderno etc.

O processo, portanto, que se iniciou em 1980, ainda sob a égide do *design* urbano, acabou ganhando, especialmente a

⁴⁹ Parte dessas informações me foram fornecidas pelo próprio Bousquets em janeiro de 1991.

partir da formulação do plano “Barcelona 2000”, uma dimensão maior, em todos os sentidos (generalizavam-se as intervenções e a sua escala): tratava-se de estabelecer uma meta clara, que evidentemente não se esgotasse no evento de 1992 e que dissesse respeito ao que se aspirava com todas estas melhorias para a cidade como centro vital, na região e na Europa; em suma, definir o lugar de Barcelona como metrópole europeia, encontrar o “seu nicho estratégico”, tornando-a internacionalmente competitiva – nas palavras de Roig i Martí (Diretor da Promoção Econômica de Barcelona, em 1990), que acrescentava, citando Boisot: “a planificação urbana é um jogo contra a natureza, a planificação estratégica é um jogo contra *adversários*”⁵⁰. Para tanto, advertia na ocasião um outro membro do Conselho, o geógrafo Oriol Nel-lo, era necessário apostar fortemente na autopromoção publicitária, ou seja, como já estava ocorrendo com muitas outras cidades (dizia ele), explorar e potencializar aquelas características pelas quais a cidade é prontamente *identificada*, aquilo que constitui a imagem-Barcelona. Na receita, um pouco de tudo: das gentrificações de praxe às exortações cívicas, endereçadas, como lembrado antes, aos chamados atores urbanos, que de recalcitrantes se tornariam cada vez mais cooperativos em torno dos objetivos comuns de *city marketing* (o que aliás, diga-se de passagem, não era algo desprezível, numa região em estado de mobilização permanente por afirmação de identidade, aliás de nítido teor separatista). Sem maiores rodeios: desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua *inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais*.

⁵⁰ Para as citações que seguem, dos membros do Conselho do Plano Barcelona 2000, ver *La ciudad ante el 2000*, Ayuntamiento de Barcelona, 1990. Ainda sobre Barcelona, a bibliografia publicada pelo Ayuntamiento de Barcelona e que foi consultada: *Barcelona. Una nueva estructura social*, 1988; *Barcelona, Metrópolis Mediterrània*, 1988; *Barcelona, Espais Urbans*, 1981-1991; *Estudi de l'Eixemple*, 1983-1988; *Urbanisme a Barcelona, Plans cap al 92*, 1988 (2ª ed.); *Barcelona espacio publico*, 1993; *Barcelona, arquitectura y ciudad 1980-1992*, GG, 1990.

Daí a necessidade de se espelhar no exemplo de Paris, canalizando investimentos maciços para a área da cultura: por exemplo, a reconstrução do Pavilhão de Mies van der Rohe, em Montjuic; neste mesmo local, a renovação do Museu de Cultura da Catalunha por Gae Aulenti (a mesma arquiteta que transformara a Gare d’Orsay no museu pós-moderno mais bem-sucedido até àquela data), a ampliação do Museu Miró que ao mesmo tempo é um monumento arquitetônico de G. Sert, sem falar nos estádios e centros esportivos olímpicos, representando o *star system* da arquitetura internacional – Gregotti, Bofil e Isosaki; some-se a isso o inusitado Museu de Arte Moderna, do arquiteto Richard Meyer, em pleno Bairro Antigo, onde se concentram vários edifícios históricos e onde foram restaurados e adaptados alguns como o Centro de Arte Santa Monica, a sede da Secretaria de Cultura na Casa de Caritat, e o Museu Picasso; do outro lado da cidade, o novo Teatro Nacional, novamente do criador catalão de ícones pós-modernos, Ricardo Bofil, que também projetou o novo aeroporto; mais, resultado de requalificações ou ampliações: a Fundação Tapiés, o Palácio da Música, o Museu da Ciência. E tudo isso, de modo a dar realce às próprias tradições locais: em grande parte, como enfatizavam os seus formuladores, vinculadas à sua própria arquitetura – dos desenhos urbanos originais (os quarteirões de Cerdá ou a cidade moderna do Plano Maciá), às suas casas modernistas do Bairro de La Gracia, dentre elas, em especial as de Gaudí (tudo passado devidamente a limpo, sem esquecer de “completar” a Igreja Sagrada Família), além da arquitetura catalã contemporânea, posta em desfile nos novos projetos, em grande número (especialmente de *design* urbano e Vilas Olímpicas) de seus próprios arquitetos.

Obviamente, o que se estava a construir era nada mais nada menos do que a imagem prestigiosa da cidade, voltada sobretudo para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual Barcelona se lançava – o que a obrigava a satisfazer a qualquer custo as novas exigências do capitalismo de imagens, do desenvolvimento do terciário avançado a uma arquitetura *up to date*, a ponto de incluir toda uma série de edificações que seguissem o padrão das novas centralidades empresariais das me-

gacidades. Quanto mais peças no mostruário melhor, porque afinal o que estava na vitrine era a própria capital da Catalunha, e aí não há de ter pesado pouco a convergência local entre tradição e ultramodernidade. Aliás, talvez o interesse maior, e o relativo sucesso deste modelo-Barcelona, decorra dessa situação-limite: de um certo modo, ter podido combinar regionalismo e neo ou ultramodernismo, teoria do “lugar” e planejamento estratégico, uma fórmula por assim dizer híbrida de urbanismo de segunda e de terceira geração, ou ainda de gestão urbana de molde empresarial americano e previdenciário-cultural (se é possível falar assim) europeu, notadamente francês. E isto não só por opção de seus arquitetos-urbanistas, mas seguramente por se estar vivendo um período de transição, ou ao menos, de relativa indefinição, tanto quanto ao futuro de Barcelona, como da Espanha na União Européia.

Mas é preciso também não esquecer o outro lado da equação, que, aliás, de acordo com seus promotores, constituiria a originalidade do modelo: a mobilização da opinião pública. Como lembrava à época um dos coordenadores do plano 2000 – Juan Campreciós –, tais empreendimentos visam igualmente incrementar a adesão ao ícone da cidade e a “*auto-estima dos cidadãos*”, motivando-os a participar, através de um consentimento “concertado”, na elaboração e execução do plano. Esta, nas palavras de Jordi Borja, a “marca” Barcelona: trata-se – dizia ele – de “uma articulação entre atores públicos e privados para promover estratégias concertadas de desenvolvimento e sua organização para uma ação conjunta”. O que significa uma ampla participação das instituições e mesmo da população, partindo – acreditava o presidente do Conselho – “*de diálogo sincero e de vontade de consenso*” (!) Ora, o empenho dos indivíduos, ao que parece promovidos ao grau de cidadãos, teria como poder catalisador a afirmação da identidade político-cultural (novamente Borja...) – e assim por diante, de ambigüidade a mal-entendido entre política real e epiderme cultural.

Tema retomado com ênfase na proposta de generalização dessa experiência, apresentada, anos mais tarde, no *Habitat* de Istambul (como já demos notícia aqui mesmo), onde foi apon-

tado como componente essencial às novas plataformas urbanas, o empenho dos “agentes” que podem promovê-la, ou ainda, o que é mais importante, a mobilização de todos os recursos capazes de despertar nos indivíduos “um patriotismo de cidade” e concomitante “desejo de inserção” (nas redes globais, obviamente). Por isso mesmo, Borja e Castells, no texto a que estou me reportando, preparado para a ocasião, definem a cidade como sendo basicamente um “espaço *simbiótico* (poder político-sociedade civil) e *simbólico* (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior)”. A combinação de “cultura cívica” e “consenso público” ou, ainda na mesma linha do eufemismo, “vontade conjunta”, formariam a argamassa dessa construção de cidade, permitindo-lhe dar “um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural”⁵¹. Na verdade, como observei páginas atrás, nada com que os responsáveis pela cidade-máquina de crescimento já não tivessem atinado, a diferença é que onde os teóricos (apologistas ou críticos) da cidade-empresa viam uma convergência rentável, estes últimos ideólogos pretendiam que fosse uma “articulação” concertada..., e portanto capaz de induzir uma nova onda de civilidade. Há, contudo, quem pretenda que não foi bem assim, lembrando a pequena participação da população junto ao conselho gestor do plano, tanto quanto a quase inexistência de moradias para pessoas de baixa renda enquanto existia um estoque ocioso nas Vilas Olímpicas, ou ainda, que a requalificação-*gentrification* do bairro antigo que passou a abrigar o moderníssimo MAM convivia muito bem com a periferação crescente da cidade, algo novo no cenário de Barcelona, sem falar no fim de boa parte das parcerias, motivadas exclusivamente pelo *marketing* das Olimpíadas, quando também parte da euforia mobilizatória teria se esgotado etc.

⁵¹ Manuel Castells e Jordi Borja, *Local y Global*, op. cit. Esta plataforma, apresentada no *Habitat*, é bastante esmiuçada no ensaio de Carlos Vainer publicado neste mesmo livro: “Pátria, empresa e mercadoria...”

De qualquer modo, uma situação por vários motivos “singular”. No intuito de resguardar pelo menos as intenções dos que a promoveram, admitamos que se trata de um outro caso de protagonistas vitimados por mais uma ironia objetiva. A verdade é que, ao se concretizar e generalizar, o modelo acabou por desvendar sua base real, ainda um tanto nebulosa: as cidades, transformadas em novos “atores sociais complexos” – como dizem⁵² –, não passam de balcões de negócios..., a disputar a nuvem financeira e as hordas de turistas que circulam pelo mundo. Legitimados sem dúvida pelo consentimento da parcela da população para a qual a participação nos novos negócios não é nada desprezível. Além do mais o receituário que talvez não pudesse ser aplicado ao pé da letra em sua cidade de origem, pois encontrara – para bem e para mal – um processo já a meio caminho, virou desde então bula papal para as cidades que tentam ou são induzidas a imitar Barcelona⁵³. Os exemplos estão aí e são conhecidos de todos nós.

Além disso, o êxito, pelo menos no plano mais visível da *empreitada*, em grande parte mobilizada pela Olimpíada, logo tornaria os Grandes Eventos mais um ingrediente indispensável da nova fórmula. Vem daí, é claro, as campanhas oficiais para sediarmos alguma Olimpíada ou Copa do Mundo – estimulados pelos novos “*personal trainers*” ou “*managers*”, em outros tempos urbanistas, das administrações dos países ditos emergentes, ansiosas por participarem da nova ordem global. Voltaremos ao assunto.

Bilbao

Um outro exemplo que também está fazendo escola, ainda um caso espanhol, igualmente de muita visibilidade. Desta vez

Bilbao⁵⁴, uma cidade degradada por uma década de desindustrialização, perto portanto do ponto ótimo da “sensação de crise”. Um Plano Estratégico foi elaborado, mas parecia patinar, quando, há poucos anos atrás, o diretor da Fundação Guggenheim convenceu o prefeito da cidade a construir um edifício que pudesse identificar a capital basca como, por exemplo, Sidney, pelo edifício do seu teatro de Ópera – o resultado é bem conhecido, um museu projetado pelo arquiteto americano Frank Gehry, uma extravagante flor metálica de 200 milhões de dólares (entre construção, franquia e acervo), mais de 30.000m², 70m de altura, a emergir do rio Nerviio, destinado a exponenciar a oferta cultural da cidade, como se diz na língua franca do momento. Quanto à reversão do processo de deterioração da cidade são outros quinhentos, que ainda estão para ser avaliados. Proclamam os seus promotores que a área à volta está sendo “requalificada” – ou seja, como não poderia deixar de ser, está se valorizando (*business as usual*). De qualquer modo já se sabe que, se o afluxo de turistas tem superado as expectativas, segundo as estatísticas visitam a cidade apenas 5% dos que foram atraídos por aquele objeto estranho que, casualmente, é um museu, sem contar que a extravagância também é efêmera.

Gostaria de destacar ainda outro aspecto dessa negociação de que resultará a nova imagem da cidade. O que esta última anuncia? Em primeiro lugar, que a cidade tem um Gehry, assim como São Francisco tem um museu assinado por Mario Botta, Los Angeles, um Isosaki, mais um Richard Meyer etc., como aliás também Barcelona ou Frankfurt – todos membros do estrelato da arquitetura mundial, numa verdadeira ciranda de museus e arquitetos, onde os exemplos europeus, depois de arremedarem a fórmula americana, retornam aos Estados Unidos e assim por diante (Gehry além de ter o seu projeto do Disney

⁵² Em *La ciudad ante el 2000*, *op. cit.*

⁵³ Um dado nada desprezível (que me foi fornecido por Carlos Vainer): o BIRD está exigindo das nossas cidades “planos estratégicos” para conceder financiamento.

⁵⁴ Sobre estes exemplos, ver “Vendo Cidades”, de 1998, *op. cit.* Cf. também, de um ponto de vista apologético, um dos urbanistas responsáveis pelo Plano Estratégico de Bilbao: Eduardo Leira, “Il piano de una nuova città lineare per Bilbao: La costruzione della metropoli. Un Progetto Strategico”, in: *Casabella* n. 622, 1998.

Hall de Los Angeles desengavetado, assina pelo menos mais outros quatro museus americanos: um, em Biloxi, Mississípi, outro, no Tennessee, a ampliação da Galeria Corcoran, em Washington, e o novo Guggenheim de Nova York – afinal a ampliação que havia sido construída há poucos anos era arquitetonicamente inexpressiva, não obedecia aos novos padrões do *show biz*). Antes de fechar a roda, que é muito ampla, não poderíamos deixar de citar a nova Tate – tudo indica que a discreta Inglaterra também mudou de tom e resolveu acrescentar ao modesto anexo projetado por Stirling, um novo e imenso edifício (na escala mega das coleções, exposições e obras) – a antiga Usina de Energia Elétrica desativada, reciclada a um custo de mais de 200 milhões de dólares, no intuito de transformá-la no maior Museu de Arte Moderna da Europa. Como se vê o modelo Beaubourg ainda está fresco na memória dos empreendedores urbanos.

Portanto, a imagem estratégica de Bilbao está informando, através deste expediente – o Museu Guggenheim –, que existe doravante no País Basco uma real vontade de inserção nas redes globais, que sua capital deixou de ser uma cidade-problema e pode vir a ser uma confiável cidade-negócio. De fato, o que se dá mesmo a ver é o próprio emblema da credibilidade, os sinais emitidos por aquele consumado exemplar de maneirismo arquitetônico: materiais ostensivamente calculados para ofuscar pelo brilho *high tech*; atmosfera de vanguarda sugerida pelos volumes de corte desconstrucionista; ambiência introvertida de uma enclave para os *happy few*. Um ícone, enfim, do mundo dos integrados, no caso a indispensável janela dos altos serviços culturais se abrindo para o terciário avançado, sem o qual a mencionada vontade elegantemente arrivista de inserção não passaria de um voto piedoso.

Identificação paradoxal, para dizer o menos, pois o reconhecimento externo e interno buscado se daria em torno de um ponto de fuga tanto mais localmente aglutinador, como pretende, quanto mais se apresenta como uma verdadeira marca de extraterritorialidade, indiferentemente implantável em qualquer outro nó da malha global. Por isto mesmo é dita simbólica essa identidade estrategicamente planejada com os meios alta-

mente persuasivos da cultura arquitetônica da imagem, inflacionada por duas décadas de pós-modernismo. Quanto ao recheio do museu, ficará em grande parte por conta das coleções itinerantes do próprio Guggenheim – outra ocorrência em rede, cuja ressonância cultural local tampouco é relevante, ou melhor, se resume a filas de dobrar esquinas – dupla imagem da afluência que confirma o acerto do investimento nos serviços de alta visibilidade, de preferência em escala monumental. À vista de uma “sonda cultural” como esta (a expressão é de Francesco Indovina⁵⁵), uma agência internacional de avaliação de risco concluiria que no País Basco os governantes finalmente resolveram “pensar global para agir local”, como manda a boa gramática gerencial.

Lisboa

Indovina poderia acrescentar que o lançamento daquela sonda – um museu mais chamativo do que o seu acervo adventício – deve ter sido projetada como quem aproveita uma *ocasião* (rara em tempos de escassez, em geral vista como uma “fatalidade sistêmica”) para inclusive pôr em marcha processos banais de valorização especulativa e conseqüente expulsão-troca de populações. Estou me referindo a um artigo de 1996 republicado agora por ocasião da Exposição Mundial de Lisboa (1998), ela mesma ancorada num Grande Evento gerador de um *city marketing* em escala global. Como se sabe, trata-se de um imenso parque temático – algo como um mega-aquário comemorativo da expansão marítima do protocapitalismo europeu – na forma de um catálogo ao vivo do *star system* arquitetônico, aliás deliberadamente temperado por forte representação do país, pois se trata afinal também de promover internacionalmente, nesta vitrine excepcional, os valores emergentes do *sa-voir faire* local. Assim, tudo mais ou menos conforme o mesmo

⁵⁵ “Os grandes acontecimentos e a cidade ocasional”, em *Lisbon: World expo 98. Projects*, Blau, 1996. Sobre a “Euro 98” ver também: Revista *Projeto*, n. 223, ago. 1998.

paradigma nesta resposta “estratégica” à “sensação de crise” (e no caso de Lisboa então nem se fala, no que concerne a uma espécie de consciência nacional infeliz que remonta a séculos de “fracassomania”...) por meio de um Grande Evento internacional, aliás na seqüência de outro, sua promoção à condição de capital cultural européia em 1994. De acordo portanto com o novo paradigma, um acontecimento planejado para servir de embrião da reconversão urbana de uma vasta zona industrial e portuária de Lisboa. Ao lado das previsíveis variações “espetaculares” em torno dos temas marítimos e derivados, põe-se contudo o seguinte paradoxo: como “fazer cidade” mediante um evento excepcional – no caso uma exposição, mas poderia ser uma Olimpíada, uma Copa do Mundo etc. –, por definição destinado tradicionalmente a fazer a “não-cidade” (num certo sentido estamos novamente confrontados com as efêmeras cidades-feira..., como se pode constatar, dois anos mais tarde, ao visitar Lisboa).

Por onde se vê que é próprio de um projeto de cidade definido por um plano estratégico antes de mais nada chamar a atenção sobre si mesmo, nessa espécie de auto-reflexão publicitária. Resultante, segundo seus propagandistas, da “vontade identitária de inserção”, visto que é nessa vitrine-mostruário de arquitetura de última geração que a cidade aspirante a ocupar um nó estratégico na rede das cidades mundiais se faz reconhecer, enfim identificar, por uma marca que se apresente a si mesma como algo a confirmar sua condição ultramoderna: e, assim sendo, *qualquer* megaevento vem a calhar, não importa de que natureza seja – desde que não se perca a “ocasião”...

Conclui-se, pois, que a identidade que todos buscam é a rigor indiferente ao conteúdo sobre o qual se assentará. Assim, numa situação como essa, nada se expõe além da própria exposição, como é da natureza tautológica de um processo eternamente concentrado na autocontemplanção celebrativa. Quanto à imagem-identidade da capital em promoção, será tanto mais eficaz quanto se limitar a anunciar que afinal Portugal é Portugal.

E é sobre esse aspecto, à primeira vista surpreendente – uma identidade vazia, que a bem dizer não identifica nada,

quando deveria ser o contrário, ainda mais por alegar se apresentar forrada por matéria cultural e portanto simbólica –, que se detém Indovina, no artigo mencionado há pouco, para destacar o aparente contra-senso de um Plano Estratégico na origem de uma cidade propriamente “ocasional”, como chama tais surtos de renovação deflagrados quando se aproveita um Grande Evento, em geral valendo-se de “vazios urbanos”, como oportunidade para alavancar (com o perdão da má palavra) investimentos. Ao mesmo tempo, é justamente isto que diferencia o caráter gerencial do novo planejamento urbano de que estamos falando desde o início; vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Daí a indiferença do evento ocasional (até de uma calamidade natural pode nascer a “ocasião” para preencher um “vazio urbano”, contraprova enfática do caráter formal de um modo de produção que precisa fazer abstração de qualquer conteúdo quando o que está em jogo é um processo de valorização como fim em si mesmo). Esses Grandes Eventos que em princípio demarcam um pólo de reconhecimento coletivo (e não estou dizendo que não logrem isso, só que num outro registro) perderam qualquer significado intrínseco, a única coisa que realmente importa é saber se estão em condição de movimentar milhares de pessoas e se permitem ou não construir centenas de milhões de metros cúbicos... Soa assim tanto mais absurdo um Plano Estratégico, ancorado num vazio urbano, que vise “reconstruir o sentido da cidade”! Salvo se o sentido da cidade for aquilo que se espera depois da falência das intervenções urbanas dos anos 1970, a saber, como observa mais uma vez nosso autor: o vazio que a grande ocasião permitirá preencher (embora continue vazio de sentido) nada mais é do que o terreno propício para os processos bem conhecidos de capitalização das cidades, ou também conhecidos como modernização estrito senso. A saber, modernizar não significa inovar socialmente com equidade, mas antes entulhar as cidades com obras que as façam parecer modernas, primeiro passo indispensável para as tornar rentáveis: arquitetura de materiais *high tech* – a mitologia exigida pelo espaço construído do terciário avançado – cujas fachadas sequer observam uma

relação direta com a realidade, pois se trata apenas de tornar visível (e impressionante!) o próprio “imaterial” a que se resumem os serviços de última geração prestados aos comandos ou subcomandos das redes empresariais. Digamos que o “cultural” é a expressão multiforme dessa mitologia da nova fronteira tecnológica e social transposta pela *Information Age*.

Berlim

Guardadas as diferenças, algo semelhante se passa atualmente em Berlim (embora o grande evento pareça ser bem menos efêmero: a transferência de uma capital). As proporções são evidentemente outras – superlativas. Ao menos do ponto de vista quantitativo, não há dúvida de que nada no mundo se equipara à reconversão de Berlim “reconquistada”. Mais de trezentos escritórios de todo o mundo foram mobilizados, com destaque, obviamente, para o referido *star system*: dos complexos multifuncionais da Postdamer Platz – Sony e Daimler-Benz, sob o comando de Murphey/Jahn, Rogers/Piano e outros mais, entre os quais estão sempre alguns escritórios alemães, sendo um dos mais presentes o do arquiteto Kollhoff (aliás, em Berlim, há quem fale no poder da “máfia” dos arquitetos, associados, obviamente, às empresas, a ponto de já terem passado para o noticiário policial)⁵⁶ – aos museus, embaixadas, escritórios, grandes magazines, prédios administrativos, cá e lá residências: tudo aí projetado para simbolizar não apenas a Alemanha unificada, com o patrocínio do Estado e da Municipalidade, mas o mundo do capitalismo globalizado e triunfante (ou, no mínimo, a maior potência da União Européia), transformando a antiga capital do Reich no maior *show-room* de arquitetura deste final de século (segundo alguns, menos entusiastas, um verda-

⁵⁶ Veja-se sobre o “cartel” dos arquitetos e outros bastidores: Eva Schweitzer, *Grossbaustelle Berlin, wie die Hauptstadt verplant Berlin*, Berlim, Ullstein, 1998 (que me foi indicado e parcialmente traduzido pela arquiteta Beatriz Kara José). Ainda sobre a arquitetura berlinense, ver o catálogo: *Neue Architektur. New Architecture – Berlin 1990-2000*, Berlim, Jovis, 1998.

deiro bricabraque) e o símbolo mais enfático da liderança alemã (pelo menos européia). Como não poderiam faltar as velhas tradições berlinenses, reconstroem-se os velhos edifícios da Pariser Platz, mantêm-se o desenho urbano e, na medida do possível, restringem-se os gabaritos. Estranha combinação de ousadia e autoritarismo, numa reforma que, apesar de tudo, vem sendo criticada como extremamente conservadora! Irritado, Rogers reclamou que era impossível projetar para Berlim que não fosse um prédio quadrado, mas nem por isto deixou de construir um caixote-colagem-mostruário das soluções adotadas em outros projetos seus (apesar da disputa de alguns arquitetos e empreiteiras com a administração, ninguém quer ficar de fora).

Nesse contexto, não se poderia imaginar melhor lugar de onde observar a cidade do que, nada mais nada menos, a cúpula do Reichstag, entre as duas Berlins – um imenso domo de vidro sobre uma estrutura metálica projetada por um dos astros mais festejados da arquitetura *high tech* (afinal a Alemanha é a frente avançada da tecnologia européia), Norman Foster (só que um inglês...). Na verdade, ainda uma vez um híbrido: a tradicional arquitetura neoclássica (de Wallot), que domina a cidade desde Schinkel, combinada à arquitetura de ponta, internacional. Ao mesmo tempo, também, fazendo convergir o exterior e o interior do edifício, o parlamento, reunido por detrás das paredes do velho prédio, pode ser visto do alto através de um teto de vidro. Transparência da democracia, oferecida em espetáculo aos olhos do visitante embaixado. Não é por acaso também que a única área verticalizada – projetada para vir a ser a Manhattan da Nova Capital – seja justamente a região central da antiga cidade do leste. Enfim, o previsível clichê (nada como a reiteração para vender): a meio caminho entre o Leste e o Oeste, Berlim reposta no epicentro da Europa, e do mundo, no subtexto⁵⁷.

⁵⁷ Sobre isto ver o artigo do Senador para o Desenvolvimento, Peter Strieder, “Berlin, City of the future?”, in: *Stadtforum*, n. 36, jun. 1999.

E, no foco de tudo, a cultura⁵⁸: do patrimônio restaurado, com destaque para a ilha dos museus, ao esforço em reativar os lugares mais representativos da Berlim dos estereotipados anos 1920, como Postdamer Platz, Prenzlauer Berg, no leste, que volta a ser o bairro da boêmia artística, ou o velho Mitte, resultado da emigração de muitos dos jovens artistas, em especial os que viviam em habitações squaterizadas de Kreuzberg oeste, agora elevados à categoria de galeristas, estimulados pelos subsídios do governo⁵⁹. Além do mais, confirmando que o que se cultua na imagem promocional de uma cidade é ela mesma, a Bienal de Berlim, ao se renovar inteiramente, adotou como tema a própria Berlim (“Berlim/Berlim”)⁶⁰ – de modo que o visitante não perdesse de vista que o que está em jogo é a nova capital à procura de sua identidade (universal...). Tão oca quanto o domo, e incontestável quanto a certeza de que A é igual A.

Como no caso de Paris, não há, estritamente falando, nenhum Plano Estratégico por detrás da renovação de Berlim. E no entanto a fórmula é a mesma em todos os casos em evidência até aqui, qualquer que seja o nome de ocasião que se lhe dê. Não falta nenhum dos ingredientes do atual modo de fazer cidade, além do mais na escala gigantesca de uma capital com ambições imperiais: megaprojetos emblemáticos; urbanismo acintosamente corporativo, nenhuma grande marca global está ausente; gentrificações se alastrando por todo o canto; exibição arquitetônica em grande estilo; parques museográficos; salas de espetáculo agrupadas em complexos *multiservice* de aparato e muita, muita animação cultural 24 horas. Ou seja, continuamos na mesma.

⁵⁸ Como se pode ler num artigo do insuspeito Vargas Llosa, a antiga capital do Reich vai se transformando “na maior empresa (*sic*) arquitetônica e urbanística de que se tem memória”, informando que para elevá-la ao status simbólico de capital da União Monetária Européia, “a menina dos olhos de tal promoção (*sic*) foi a cultura”. “Cidade de Todos”, in: *O Estado de S. Paulo*, 11.10.98.

⁵⁹ Devo em parte estas informações sobre Berlim à arquiteta Beatriz Kara José.

⁶⁰ Cf. *Berlin!Berlin!*, de Marius Babbias e Beatrice von Bismark (org.), Taschenbuch, 1998.

6. Contaminações fatais

Tudo isso dito, recapitulo em duas palavras a singular comédia ideológica a que estamos assistindo. De um lado, urbanistas e arquitetos – na maioria dos casos, de clara ascendência progressista – projetando em termos gerenciais acintosamente explícitos, aliás apresentados como garantia da consistência do projeto, o que paradoxalmente lhe acrescenta um charme suplementar. De outro, o espetáculo surrealista oferecido por empresários e banqueiros enaltecendo, como nos bons tempos do contextualismo que se imaginava sinceramente dissidente, o “pulsar de cada rua, praça ou fragmento urbano”. Como se trata estrategicamente de uma parceria completa, não surpreende que também tenham se tornado todos parceiros no mesmo *jargão da autenticidade urbana*, que se poderia chamar, como sugerido, culturalismo de mercado. Como pudemos chegar a este ponto? É verdade que o momento é de ofuscamento generalizado e que se costuma aludir, a título de explicação sociológica, a uma reviravolta cultural em favor do mercado.

Digamos que a glamourização da economia de mercado, a ponto de se falar, com a desfaçatez dos vencedores, na ética como fator de produção, acaba convergindo com a crítica cultural à matriz produtivista da fase anterior, Movimento Moderno inclusive, de tal modo que a fluidez alegada pelo novo paradigma da comunicação está cada vez mais parecida com a novíssima flexibilidade requerida pelo mundo *produtivo* dos grandes negócios, que não por acaso se organizam em redes comunicacionais. Para encurtar: deu-se o que estamos vendo, algo como *um pensamento único das cidades*⁶¹ – em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico – que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial, e por isso mes-

⁶¹ Venho recorrendo a esta fórmula um tanto esdrúxula desde minha comunicação no Simpósio de 1998, referido em nota na abertura deste capítulo. Na ocasião procurava sugerir com ela algo como uma matriz conceitual comum na origem das novas estratégias urbanas.

mo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno. Num universo tão unidimensional assim, por certo não ocorrerá a ninguém considerar uma aberração histórica o programa suicida do capitalismo global.

*Post-scriptum**

Do ponto de vista de um país subdesenvolvido, há algumas coisas que não se pode deixar de lembrar, ao concluir, e que são aliás de experiência imediata, como por exemplo a grande heterogeneidade social, por oposição às sociedades mais orgânicas do capitalismo originário. Assim, parece muito menos plausível que num tal contexto alguém minimamente responsável – para dizer o menos – possa imaginar um governo de cidade que se limite basicamente a agenciar negócios, muito menos que se sinta à vontade propondo uma corrida competitiva em que é muito óbvio que uns se dão bem na exata medida em que outros se dão mal. É sabido que, num sistema cuja essência é a polarização e a permanente reinvenção das hierarquias, simplesmente não podem todos “vencer” – ou se “desenvolver”, para ficar no eufemismo – ao mesmo tempo, como aliás se pode ver no modo como vem sendo reproduzida a estratificação da economia mundial, e nela justamente a expansão altamente desigual da rede de cidades. Como estas desigualdades na periferia assumem proporções grotescas, e são além do mais atávicas, vêm da colônia, o que significa falar aqui em crescimento com justiça social? Como, sabendo como sabemos quais as condições que são impostas pelos tão cobiçados investidores, atrás de mercados solventes, trabalho desregulado e incentivos de toda ordem? Ou simplesmente, ao menos num primeiro momento, devemos nos contentar com políticas sociais compensatórias (como se diz) para neutralizar o choque desestruturante do engate nos

fluxos globais?⁶² Completando este raciocínio, alguns dos proponentes dessa nova fórmula para as cidades, embora reconheçam “buracos negros” na globalização, os apresentam como “patologias” que (como o próprio nome indica) sugerem uma normalidade possível, desde que se encontre a boa “articulação” (outra palavra mágica) entre poder local, empresas e entidades da tão celebrada sociedade civil⁶³. Afinal o capitalismo é suficientemente dinâmico, conforme se alardeia, e se mostra tão flexível, que até mesmo a polarização entre integrados e excluídos é ela mesma dinâmica – hoje de um lado, amanhã do outro, por assim dizer entrando e saindo à vontade da modernidade, como quem atravessa a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Assim, bem entendida, a competitividade revelará a sua verdadeira face: competitividade combinada com conectividade, inovação, flexibilidade institucional, em suma, identidades locais “interagindo” com as redes globais, ou seja, num registro pós-nacional de “sinergias”⁶⁴, algo como o Concerto das Nações a que diziam aspirar as potências da Era Liberal.

Ora, a impressão que se tem é que, apesar da nova fraseologia interativa, estamos diante da reposição da armadilha clássica do subdesenvolvimento (ou seja, da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social), a velha dualidade brasileira⁶⁵, elevada aliás agora a paradigma da polarização mundializada. Aliás, salta à vista antecipada do *skyline* do terciário avançado qual será o padrão que servirá de parâmetro para a valorização recuperadora, o estilo característico da riqueza, por definição não universalizável, do núcleo orgânico do sistema. Esta antena global tampouco irradiará socialmente também, como nunca foi o caso, noutros períodos de reprodução de nossa pobreza em massa, do padrão cosmopolita de con-

⁶² Cf. Castells e Borja, *op. cit.*

⁶³ *Ibid.* Ver especialmente o segundo volume da trilogia de Castells, *op. cit.*

⁶⁴ Ainda para ficar nos termos dos mesmos autores.

⁶⁵ Ver a este respeito o ensaio de Ermínia Maricato, neste mesmo volume: “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias...”

* Registro de uma intervenção oral na Bienal de Arquitetura, São Paulo, dezembro de 1999.

sumo das elites periféricas, a cujos requisitos a modernização vinha então atender. Sob este ângulo também se destaca o papel crucial desempenhado pela correspondente requalificação da “oferta cultural”: é preciso que fique claro nas duas pontas do processo, dos equipamentos culturais ao mecenato corporativo, qual o real destinatário da reconversão: o usuário solvente, para o qual o chamariz do serviço cultural de alto valor agregado constitui-se na sinalização decisiva. Sendo essa a matriz estrutural, qualquer política, dita ou não compensatória, de investimento social, estará sempre a reboque, com ritmo de maturação a conta-gotas. Novamente uma sociedade com duas velocidades, portanto. Dizer (com a melhor boa vontade do mundo) que justamente a ambição estratégica dos novos Grandes Projetos Urbanos é promover a “articulação” entre vanguarda e retaguarda (por solidariedade ética? cívica?) é ignorar que na verdade estes dois pólos – desde sempre “articulados” – são, tanto quanto as tão decantadas novas centralidades que pretendem estar induzindo, a expressão material e simbólica da concentração espacial de poder e riqueza exigida precisamente pelo comando das cadeias produtivas mundiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES DE OLIVEIRA, Renan. “Nova York anuncia ofensiva contra sem-teto”, *O Estado de S. Paulo*, 22.11.99.
- ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, EDUSP, 1993, 1995 e 2000.
- . *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo, EDUSP, 1999.
- . “O cultural turn no discurso sobre a cidade”, em *Rua*, nº especial, NUDECRI-UNICAMP, 1999.
- . “Vendo Cidades”, *Veredas*, nº 36, Rio de Janeiro, dez. 1998.

- ARANTES, Paulo E. “Sofística da assimilação”, *Praga*, nº 8, São Paulo, HUCITEC, 1999.
- BABBIAS, Marius e Von BISMARCK, Beatrice (org.). *Berlin! Berlin!* Taschenbuch, 1998.
- BELL, Daniel. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Londres, Heinemann, 1976/1979.
- BORJA e CASTELLS. *Local y Global*. Madri, Taurus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris, Minuit, 1979.
- CASTELLS, Manuel. *The Information Age*. Oxford/Malden, Blackwell Publishers, 1997-98, 3 vols. (trad. em port. pela Paz e Terra, 1999).
- DÉBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris, Gallimard, 1992.
- DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions*. Cambridge, MIT, 1996.
- FELDMAN, Sarah e KAYANO, Jorge (orgs.). *Avaliação de experiências de planejamento estratégico de cidades*. São Paulo, Polis, 1988, mimeo.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FISCHER, Tânia (org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FURTADO, Celso. *A construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- GORZ, André. *Misères du présent, richesse du possible*. Paris, Galilée, 1997.
- GRAY, John. *Falso amanhecer – os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. “Les néo-conservateurs contre la culture”, *Praxis International*, jan. 1983 (republicado num *Temps Modernes* do mesmo ano).
- . “Modernidade versus pós-modernidade”, *Arte em revista*, nº 7, São Paulo, CEAC, 1981.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo, Perspectiva, 1995.

HALL, Stuart. "The centrality of culture", in: THOMPSON, Kenneth (org.). *Media and Cultural Regulation*. Londres, Sage, 1997.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

INDOVINA, Francesco. "Os grandes acontecimentos e a cidade ocasional", em *Lisbon: World expo 98. Projects*, Blau, 1996.

JAMESON, Fredric. "Periodizando os anos 60", in: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa, *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

—. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.

—. *Cultural Turn*. Londres, Verso, 1998.

JONAS e WILSON (orgs.). *The Urban Growth Machine, Critical Perspectives Two Decades Later*. Nova York, State University of New York Press, 1999.

KRANIAUSKAS, John. "Globalization is ordinary", *Radical Philosophy*, nº 90, 1998.

LEIRA, Eduardo. "Il piano de una nuova città lineare per Bilbao: La costruzione della metropoli. Un Progetto Strategico", *Casabella*, nº 622, 1998.

LOPES, Rodrigo. *Cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. *L'Ère du Vide*. Paris, Gallimard, 1983.

LIMA Ricardo e REZENDE, Fernando (orgs.). *Rio-São Paulo, cidades mundiais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

LOGAN e MOLOTCH. *Urban Fortunes - The political economy of place*. University California Press, 1987.

OFFE, Claus. "A ingovernabilidade: sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise", *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (a edição alemã original é 1979).

PORTAS, Nuno. "L'emergenza del progetto urbano", *Revista Urbánística*, 110, Roma, giug. 1998.

RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Vozes, 1998 (col. Zero à esquerda).

RENARD, Jacques. *L'élan culturel*. Paris, Puf, 1987.

Revista *Projeto*, nº 223, Agosto de 1998 (sobre a Expo 98).

RIGAUD, Jacques. *Libre Culture*. Paris, Gallimard, 1990.

SCHWEITZER, Eva. *Grossbaustelle Berlin, wie die Hauptstadt verplant Berlin*. Berlin, Ullstein, 1998.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier*. Londres, Routledge, 1996.

STRIEDER, Peter Strieder. "Berlin, City of the futur?", *Stadforum*, nº 36, jun. 1999.

VARGAS LLOSA, Mario. "Cidade de todos", *O Estado de S. Paulo*, 11.10.98.

VENUTI, Campos. *La terza generazione dell'urbanistica*. Milão, Franco Angeli, 1987/1994.

VVAA. *Barcelona espacio publico*. Ayuntamiento de Barcelona, 1993.

VVAA. *Barcelona, arquitectura y ciudad 1980-1992*. GG, 1990.

VVAA. *Barcelona, Espais Urbans, 1981-1991; Estudi de l'Exemple*. Ayuntamiento de Barcelona, 1983-1988.

VVAA. *Barcelona, Metròpolis Mediterrània*. Ayuntamiento de Barcelona, 1988.

VVAA. *Barcelona. Una nueva estructura social*. Ayuntamiento de Barcelona, 1988.

VVAA. *La ciudad ante el 2000*. Ayuntamiento de Barcelona, 1990.

VVAA. *Neue Architektur. New Architecture - Berlin 1990-2000*. Berlin, jovis, 1998.

VVAA. *O futuro já chegou - eixo Tamanduaí*. Prefeitura de Sto. André.

VVAA. *O município no século XXI, cenários e perspectivas*. São Paulo, CEPAM, 1999.

VVAA. *Urbanisme a Barcelona, Plans cap al 92*. Ayuntamiento de Barcelona, 2ª ed., 1988.

WACQANT, Loïc. "Ce vent punitif qui vient d'Amérique", *Le Monde Diplomatique*. Abr. 1999.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of power. From Detroit to Disney World*. University of California Press, 1991.

—. *Loft Living, Culture and Capital in Urban Change*. News Brunswick, Rutgers University Press, 1989.

—. "Paisagens urbanas pós-modernas", *Revista do Patrimônio*, n° 24, 1996.

—. "The city as a Landscape of Power", in: BUDD e WHIMSTER, *Global Finance and Urban living*. Londres, Routledge, 1992.

—. *The Cultures of Cities*. Cambridge, Blackwell, 1995.

Carlos B. Vainer

Pátria, empresa e mercadoria

Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*

1. A nova questão urbana: produtividade e competitividade

Entre os modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário está o do chamado *planejamento estratégico*. O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo *marketing* aciona de maneira sistemática o *sucesso* de Barcelona¹.

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, realizado em Porto Alegre, em maio de 1999.

¹ No grupo que neste trabalho designamos *catalães* destacam-se Manuel de Forn e, sobretudo, Jordi Borja, seja no exercício de consultoria, seja na produção de textos em que se difundem, junto com a experiência de Barcelona, as virtudes do novo modelo. Em certa medida, também integra o grupo Manuel Castells, que tem produzido vários trabalhos, inclusive um livro, em co-autoria com Jordi Borja.

SNAI. "Habitação e desenvolvimento urbano", *Em destaque*. São Paulo, Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT, n. 6, ago. 1996.

SOUZA, A.M.G de. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1990.

SOUZA, A.M.G. de. *Limites do habitar*. São Paulo, FAUUSP, 1999 (dout.).

SOUZA, M.A. de. "O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente". In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S., *op. cit.*

TREVISAN. "Construbusiness: habitação, infra-estrutura e geração de empregos", 3. *Seminário da Indústria Brasileira da Construção*. São Paulo, FIESP/CIC, jun. 1999.

VAINER, C.B. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico". Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1999 (mimeo.) e neste volume.

VELTZ, P. "Hierarquies et reseaux". In: BENKO, G. & LIPIETZ, A., *op. cit.*, 1992.

—. *Mondialisation villes et territoires*. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.

VERAS, M.P.B. *Territórios de exclusão em São Paulo*. São Paulo, PUC-SP, 1999 (Tese Titular).

VILLAÇA, F. "Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira". In: SOUZA, Maria Adélia A. de, & outros. *Metrópole e globalização*. São Paulo, Cedesp, 1999.

—. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". In: DEÁK, C. & SCHIFFER, S., *op. cit.*, 1999.

ter havido vida –; intervenções pontuais, a cidade-cirúrgica e a cidade-vacina contra a cidade-doença e a cidade-Aids. É o urbanismo do *apartheid*, em sua acepção mais radical e mais perversa.

Urbanismo de *marketing*, da cidade-imagem de marca, cujos portais dourados estão a dizer, como à entrada do inferno "deixai para trás toda a esperança", a cidade do planejamento estratégico é submetida aqui a fortes interrogações. A crítica da estética e da cultura, do planejamento e da sociologia urbana embutidas na literatura e na prática das cidades-marca, Barcelona e Gêa, e seus arremedos periféricos, são submetidas nos ensaios de Otília Fiori Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato ao confronto não apenas com as promessas do urbanismo moderno, mas às suas contradições/convergências com o capitalismo financeiro, a transformação radical da cidade em capital-dinheiro, as tendências de descentramento do trabalho na estrutura social e à metamorfose do conflito em intervenções apaziguadoras, marquetelras, de uma exclusão radical. Que tiro!

Francisco de Oliveira

Otília Arantes é professora no Departamento de Filosofia da USP

Carlos Vainer é professor no IPPUR-UFRJ

Ermínia Maricato é professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

desenho (capa):
Quer se acomodar? de Paul Koen